

Presidente e a ex nomearam operadores

Temer e Moreira usavam CEF para levantar propina



“O deputado que trair o povo será ‘crucificado’ nas urnas”, diz Cobap

A Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap) conclamou a sociedade a “não dar trégua em Brasília” nessa reta final pela derrubada do projeto de assalto à Previdência. “Mais de 90% da população é contra. O deputado que trair a vontade do povo será ‘crucificado’ nas urnas em outubro de 2018. Nunca mais irá se eleger, mesmo se gastar os milhões prometidos por Temer”, afirmou Warley Martins, presidente da entidade. **Página 5**

Coreias vão ter time conjunto em Jogos de Inverno

Em mais um passo para a reconciliação e a paz, a Coreia Popular e a Coreia do Sul anunciaram na quarta-feira sua primeira equipe olímpica unificada – hóquei feminino - e confirmaram que as duas partes, separadas pela ocupação dos EUA, vão marchar juntas sob a mesma bandeira na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Inverno, na cidade sul-coreana de Pyeongchang, em fevereiro. **Pág. 7**

HORA DO POVO
ANO XXVIII - Nº 3.601 19 a 23 de Janeiro de 2018

★ ★ ★ ★ ★

1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Auditoria mostra como PMDB e PT saquearam, por anos, banco do povo

A investigação conduzida a pedido do Conselho de Administração da Caixa Econômica, mostrou como Temer - e, antes, Dilma - nomearam para a diretoria do banco mais popular do país, esboços que operavam esquemas para saquear o dinheiro da população, em especial o do FGTS. O próprio Temer, Moreira Franco, Geddel, Padilha, Cunha, assim como Marco Maia (PT-RS) e os então petistas André Vargas e Vaccarezza, aproveitaram-se de um banco público - nada menos que a Caixa - em detrimento do Brasil e do povo brasileiro. **P. 3**

Indústria de S. Paulo fecha 2017 com perda de 35 mil empregos



Metrô paulista para contra privatização

Começou à meia-noite desta quinta-feira (18), a greve de 24 horas dos metroviários de São Paulo. Segundo o Sindicato da categoria, o movimento é contra a privatização das Linhas 5-Lilás e 17-Ouro, que têm leilão marcado pelo governo de Geraldo Alckmin (PSDB) para a próxima sexta-feira, 19. Os metroviários se reuniram na noite de quarta-feira e aprovaram a paralisação. Segundo o coordenador-geral da entidade, Raimundo Cordeiro, trata-se de “um leilão de carta marcadas, que vai entregar o patrimônio público, a linha 5 e 17, para a CCR, empresa envolvida em grandes escândalos de corrupção”. **P. 5**

O Estado brasileiro com o maior e mais desenvolvido parque industrial do país encerrou 2017 com 35 mil trabalhadores a menos no setor. Os dados foram divulgados na quarta-feira (17) pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Segundo a entidade, entre 2014 e 2016 cerca de meio milhão de trabalhadores foram demitidos no período. No ano passado, 17 dos 22 setores da indústria paulista tiveram resultado negativo em relação ao emprego. **Página 2**

Em vez de responder às provas, Lula pede a demissão de juízes

Como ter que explicar, inclusive para os petistas, o termo de aquisição do triplex, com rasuras, assinado pela falecida dona Marisa, apreendido em sua residência, em São Bernardo? Uma das rasuras no termo era um risco forte sobre a palavra triplex. Então é mais fácil dizer que não tem prova nenhuma, xingar todo mundo, ameaçar, atacar e pedir a demissão dos juízes. **Página 3**



Temer terá que pagar R\$ 60 mil por reclamar de ser chamado de chefe de organização criminosa

O juiz da 10ª Vara Cível de Brasília negou o pedido de indenização de Temer contra Joesley Batista por dano moral e ainda o condenou ao pagamento de R\$ 60 mil, referente às custas processuais e aos honorários advocatícios. O dono da JBS acusou Temer de chefiar “a maior e mais perigosa organização criminosa do Brasil”. Para o juiz, isso não provocou dano nenhum em Temer. **Página 2**



Metalúrgicos vão às ruas em S. José defender Embraer

Os metalúrgicos de São José dos Campos, Botucatu e Araraquara (SP) rechaçaram a entrega da Embraer para a Boeing. Para os trabalhadores, a “entrega da Embraer representa risco à soberania nacional”. **P. 4**

TRF-5 mantém veto ao governo privatizar Eletrobrás **Pág. 2**

Temer terá que pagar R\$ 60 mil por ação contra Joesley Batista

A Justiça rejeitou o pedido de indenização por “danos morais” que Michel Temer apresentou contra Joesley Batista, ex-presidente da JBS preso na Operação Lava-Jato, segundo divulgou o Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF), na quarta-feira (17).

Os advogados de Temer ingressaram com pedido de indenização após Joesley decidir colaborar com a Polícia Federal e afirmar em entrevista à revista Época (17/06/2017) que o presidente Temer era “chefe da maior e mais perigosa organização criminosa do Brasil”.

Segundo o TJDF, a defesa de Temer argumentou que “o empresário Batista desfiou mentiras e inverdades maculando sua honra com afirmações absolutamente difamatórias, caluniosas e injuriantes” e pediu “para condenar Joesley Batista ao pagamento de R\$ 600 mil a título de indenização por danos morais”.

Proferida pelo juiz Jayder Ramos de Araújo, da 10ª Vara Cível de Brasília, a decisão julgou a ação “improcedente” e ainda determinou que o peemedebista pague as custas processuais no valor de R\$ 60 mil, o que equivale a 10% do valor da causa.

Após análise dos autos, o magistrado afirmou que os fatos já eram de conhecimento público, não havendo como se considerar que a entrevista teve o propósito de denegrir a imagem do requerente: “Importante destacar, também, que a entrevista publicada na revista apresenta narrativa clara e objetiva, sem a utilização de adjetivos pejorativos ou discriminatórios de natureza pessoal que revelem o desejo de ofender a honra do autor. Pelo contrário, os fatos foram descritos com palavras sopesadas a ponto de não ultrapassar o limite da informação e, dessa forma, não causaram maior repercussão junto ao público do que aquelas que já havia causado o levantamento do sigilo das declarações contidas na delação premiada”, afirmou.

O encontro entre Temer e Joesley, no Jaburu, na calada da noite de 7 de março do ano passado, e as gravações das conversas já eram públicas e notórias.

Temer: Pela garagem.

Joesley: ...garagem.

Temer: ... sempre pela garagem, viu?

Joesley: Funcionou super bem, à noite

Temer: É.

Joesley: Onze hora da noite, meia-noite, dez e meia, vem aqui.

Temer: ... Não tem imprensa.

Joesley: A gente conversa uns dez minutinho, uma meia horinha, vou embora.

Em mais um trecho divulgado pela PF:

Joesley: Tô de bem com Eduardo [Cunha].

Temer: Muito bem.

Joesley: ... e ...

Temer: Tem que manter isso, viu?

Joesley: ... ooooo ...

Temer: (ininteligível).

Joesley: (ininteligível). Todo mês

Temer: O Eduardo também, né?

Joesley: Também.

Temer: E...

Joesley: Eu tô segurando as pontas, tô indo.

Temer: É...

A relação criminosa com o empresário da JBS rendeu a Temer duas denúncias por corrupção, organização criminosa e obstrução da Justiça pela Procuradoria Geral da República junto ao Supremo Tribunal Federal. As denúncias não prosseguiram para a fase de investigação, pois foram barradas pela Câmara dos Deputados, já que o presidente tem foro privilegiado e só pode ser julgado pelo Supremo após aval dos parlamentares.

Segundo Joesley, Michel Temer lhe pedia frequentemente dinheiro em nome do PMDB e sempre trabalhou para barrar a Operação Lava-Jato.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J. 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

SUCURSAIS:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yaho.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deus, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Justiça repele mais uma tentativa do governo privatizar a Eletrobrás



Divulgação

Pedido da AGU foi indeferido pelo juiz: não justificou a urgência de, “no apagar das luzes” do ano passado, editar uma MP “para alterar de forma substancial a configuração do setor elétrico nacional”

Em mais uma derrota do governo, o desembargador federal Manoel Erhardt, presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), em Pernambuco, indeferiu o pedido de suspensão da Advocacia Geral da União (AGU) para derrubar a liminar que suspendeu parte da Medida Provisória 814, editada por Temer em 29 de dezembro do ano passado, que permitia a privatização da Eletrobrás e de suas subsidiárias.

A liminar foi concedida no último dia 11 pelo juiz Carlos Kitner, da 6ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, suspendendo o Artigo 3º da MP 814/2017, que retirava de uma das leis do setor elétrico a proibição de privatização do sistema Eletrobrás.

Em sua decisão, o juiz Kitner argumentou que o governo federal não justificou a urgência de editar uma MP, “no apagar das luzes” do ano passado, “para alterar de forma substancial a configuração do setor elétrico nacional”.

O deputado federal Danilo Cabral (PSB-PE), presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Chesf, ingressou com ação popular contra a privatização. Para ele, Temer tem a “intenção clara de fazer caixa a qualquer custo por meio da desestatização e postergar as obrigações da União Federal perante a Eletrobrás em prejuízo da mesma”.

“A Eletrobrás é a maior empresa de energia elétrica da América Latina, com valor de mercado estimado em R\$ 370 bilhões, dos quais R\$ 81 bilhões são relativos somente à Chesf, segundo estudo apresentado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco. Como estimar a venda por pouco mais de R\$ 10 bilhões?”, questiona o parlamentar.

A AGU alegou que a liminar representa um risco para a ordem econômica, pois “O orçamento de 2018 prevê R\$ 18,9 bilhões de receitas do setor elétrico, sendo R\$ 12,2 bilhões relacionados às concessões de usinas da Eletrobrás, que dependem da privatização da empresa”.

A AGU também protocolou uma reclamação no Supremo Tribunal Federal (STF).

URBANITÁRIOS

Por sua vez, a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e o Coletivo Nacional de Energia (CNE) ingressaram com ação popular preventiva na Justiça Federal no Distrito Federal para impedir que o governo Temer contrate empresas para fazer avaliação e modelagem de privatização do sistema Eletrobrás.

“A preocupação preventiva da ação se mostra pertinente e factível, uma vez que o governo federal tem indicado manifestação de imediata contratação, por meio do BNDES, de empresas para a realização dos estudos da modelagem da privatização do sistema Eletrobrás e esses estudos, via de regra, são realizados com custos milionários, a exemplo das contratações já realizadas pelo BNDES, para avaliação e modelagem da privatização das distribuidoras de energia da região

Norte e Nordeste, que tiveram custo total de R\$ 19 milhões”, diz a FNU.

Segundo a ação da FNU e CNE, os referidos gastos configurariam “prejuízos irreparáveis ao erário público”, uma vez que a Eletrobrás e suas subsidiárias estão “expressamente excluídas” do Programa Nacional de Desestatização.

O Plano Diretor de Negócios e Gestão de 2018 a 2022 da Eletrobrás escancarou a política de desmonte da estatal, para justificar a privatização. O plano prevê investimentos de R\$ 19,7 bilhões entre 2018 e 2022, frente aos R\$ 35,766 bilhões estabelecidos no plano 2017 a 2021. É um corte de nada menos que 44,7% nos investimentos.

A energia é um setor estratégico para o desenvolvimento de qualquer nação. “Inserindo-se na linha de uma política esclarecida de emancipação e de desenvolvimento, a Eletrobrás, que está recebendo neste instante a sua autorização de marcha em direção ao seu grande destino, é mais um sonho — que se transforma em realidade — do gênio extraordinário e criador do Presidente Vargas, o inextinguível comandante, pioneiro de todas as grandes batalhas pela independência econômica de nossa pátria”, ressaltou o presidente João Goulart, quando do lançamento da estatal, em 1962.

Para Ikaro Chaves, do Ilumina, “é preciso lembrar que o setor elétrico brasileiro nasceu privado e que foi justamente a incapacidade da iniciativa privada em fornecer a energia elétrica necessária para o desenvolvimento nacional que levou à intervenção cada vez maior do Estado no setor”.

MP 579

De acordo com Joaquim Francisco de Carvalho, doutor em energia pela USP, “A Medida Provisória n.º 579/12, da presidente Dilma, arruinou a Eletrobrás, mas o desastre não começou aí. Na realidade, as políticas draconianas impostas por Dilma Rousseff começaram a desestruturar o setor elétrico desde que o presidente Lula a colocou no Ministério de [Minas e] Energia. No entanto, a privatização agora proposta pelo governo Temer está longe de ser uma solução para os problemas causados pelos erros do Lula, da Dilma e do próprio PT”.

TARIFAS

A energia elétrica é um monopólio natural, com impacto na produção industrial, no comércio, nas comunicações, nas residências, ou seja, em tudo: “Assim, as tarifas de eletricidade impactam todos os custos da economia e constituem um eficientíssimo instrumento de arrecadação de parte da renda dos demais setores — e evidentemente, também das famílias. Portanto, as tarifas elétricas não devem ser formadas no espaço privado, pois aí os empreendimentos têm entre os seus objetivos o de gerar máximos lucros para os acionistas, em curto prazo”, destacou Carvalho.

VALDO ALBUQUERQUE

Em 2017, mais 35 mil trabalhadores da indústria paulista ficam desempregados

O Estado com maior e mais desenvolvido setor produtivo do país encerrou 2017 com 35 mil trabalhadores a menos na indústria. Os dados foram divulgados na quarta-feira (17) pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Sobre o total de trabalhadores empregados nas indústrias do estado, a demissão, sem contratações em contrapartida, acumulada em 2017 representa uma queda de 1,62%.

Apenas em dezembro, último mês do ano, 33 mil vagas foram fechadas, o que já demonstra a tendência do setor para 2018 — já que com Temer, a mesma política econômica baseada no corte

de investimento público, transferência de recursos aos bancos e retirada de direitos, iniciada com Dilma, deve se manter.

A Fiesp destacou no boletim de divulgação da pesquisa sobre o nível de emprego na indústria que entre 2014 e 2016 foram fechadas, em média, 173 mil vagas por ano.

Os números absolutos destes três últimos anos somados ao saldo negativo do emprego em 2017 revelam que 524.500 trabalhadores foram colocados no olho da rua apenas nas indústrias paulistas. O número é um trágico tanto para a situação do setor produtivo, quanto para os milhares de trabalhadores que ficaram sem emprego.

Este período é, precisamente, marcado pela fase mais aguda da recessão de Dilma, iniciada em meados de 2014 até os dias atuais. Voltando aos resultados de 2017 — ano marcado por uma ostensiva propaganda do governo sobre a “superação da crise” — 17 dos 22 setores da indústria paulista avaliados na pesquisa tiveram resultado negativo em relação ao emprego.

As áreas mais afetadas foram: indústria de produtos de metal, com perda de 10.107 postos no ano; produtos alimentícios, que teve 4.550 trabalhadores despedidos e; impressão e reprodução de gravações, com 4.252 empregos a menos.

Ciro Gomes critica Lula e diz que não fica na órbita do PT

Ao ser questionado, durante debate com movimentos populares no final de dezembro, se orbitaria em torno de uma candidatura do PT, no caso de Lula ser impedido de participar das eleições, **Ciro Gomes**, pré-candidato a presidente pelo PDT, afirmou que não. Lula responde a processo e foi condenado em segunda instância a nove anos e meio por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá.

“Eu defendo esse projeto desde pequeno. E por isso, em não sendo candidato, apoiei o Lula desde 1989. Levei muita rasteira mas continuei apoiando o PT. Estava com Dilma, apesar de toda a bobagem

que ela fez, apesar de ter colocado o Levy na Fazenda, apesar de ter indicado o Temer para vice. Eu não mudei de lado. Agora, eu não aceito mais, depois de tudo isso, depois de um golpe de estado, Lula não aprender nada. Faz uma caravana e vem e se abraça com Renan Calheiros, agora”, denunciou **Ciro**, recebendo calorosos aplausos.

“Nós do PDT tínhamos quatro senadores, botamos três para fora, ficamos com um, por causa disso. Aí achando pouco, o PT resolve votar no Eunício de Oliveira para o Senado. Quem fez o golpe no Brasil? Aí fomos para uma eleição suplementar no Amazonas, todos os par-

lamentares do Amazonas votaram pelo impeachment de Dilma. Eduardo Braga saiu do governo da Dilma, foi para o Senado e votou a favor da tirá-la. Aí, tem uma disputa eleitoral, adivinhem em quem o PT votou? Votou no Eduardo Braga”, prosseguiu.

“Aí vem com esse valor moral superior me cobrar. Eu vou ter que engolir com casca e tudo? Meu partido está andando com a minha candidatura. Isso gera expectativas. Não se dignam a chamar para conversar. Querem levar no beijo. Tem que pedir permissão para votar neles. Nunca mais, meu patrão”, disse **Ciro**, recebendo novamente intensos aplausos dos presentes.

Governo arma calote de 18 bi contra o Fat

O Tesouro Nacional pretende dar um calote de R\$ 18,3 bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), recusando-se a reembolsar valores sequestrados anteriormente dos recolhimentos do PIS/PASEP através da Desvinculação das Receitas da União (DRU).

Os recursos do PIS/PASEP são as principais fontes de financiamento do FAT, responsável pelo pagamento do seguro desemprego, do abono salarial e outros benefícios sociais.

A destinação desses tributos está constitucionalmente vinculada para o FAT, no entanto, pelo expediente da DRU, instituído no governo FHC e mantido no governo de Lula e Dilma, inicialmente 20% e depois 30% desses recursos são sequestrados do FAT e

obliterados pelo “buraco negro” do pagamento de juros aos bancos. A perda dessa receita vinha sendo compensada ao FAT, desde 2007, pelo Tesouro.

Em 2017 a arrecadação do PIS/Pasep foi de R\$ 63,1 bilhões sendo que R\$ 18,3 bilhões foram desviados pela DRU. Esse dinheiro não é do governo. O não cumprimento do reembolso é uma apropriação indébita, um assalto ao dinheiro do trabalhador.

O Ministério do Planejamento acena com uma alternativa de compensar o FAT obrigando o BNDES a devolver na marra os recursos que o FAT repassa ao banco.

A alternativa de obtenção de recursos pelo BNDES, pode dar algum alívio para o fluxo de caixa do FAT, mas é uma solução pontual e golpeia o banco. Em 2017,

o BNDES foi obrigado a antecipar o pagamento do empréstimo de R\$ 50 bilhões ao Tesouro Nacional e está sendo obrigado a repetir igual operação este ano, agora num montante de R\$ 130 bilhões, num processo predatório do banco, a pretexto de cumprir “a regra de ouro das contas públicas”, isto é, desviar os recursos públicos para pagar juros aos bancos.

Além da redução nos recursos do FAT, resultantes da retirada de recursos pela DRU, o Fundo vem sofrendo queda na sua arrecadação devido também às desonerações concedidas sobre a arrecadação do PIS/Pasep, especialmente a partir de 2011 pelo governo Dilma e pelo “tsunami” de desemprego provocado pela depressão que a economia atravessa desde meados de 2014.

Quadrilha do PMDB-PT roubou a Caixa Econômica Federal-CEF



João Vicente Goulart e Nacho Grieco Filho de Jango e parceiro de luta contra a opressão se reúnem 45 anos depois

João Vicente Goulart, filho de Jango, o saudoso presidente derrubado pelo golpe de 1964, encontrou-se esta semana, depois de muitos anos, com um antigo companheiro de luta contra as ditaduras, tanto a do Brasil quanto a do Uruguai. “Encontrei Nacho Grieco, meu grande amigo, figura e personalidade de meu livro ‘Jango e eu, memórias de um exílio sem volta’, quando nos idos e duros dias de resistência ao arbítrio e a prepotência das ditaduras, sonhávamos como estudantes libertar a América Latina”, disse ele, no site do Instituto João Goulart.

“Falamos depois de quarenta e cinco anos, das mesmas coisas e das mesmas lutas. Após o golpe no Uruguai e a perseguição a que fomos submetidos, ele também migrou em 1978 para trabalhar em Cancun no México fugindo da opressão do regime uruguaio e lá trabalhou como fotógrafo”, explicou João Vicente, que é dirigente político, escritor e pré-candidato a presidente da República pelo Partido Pátria Livre (PPL).

João Vicente contou que Nacho “cobriu vários eventos, inclusive uma visita de Fidel aquele país, mas teve que retornar ao seu país por motivos de força maior e sabia que seria detido, revisado, interrogado sobre sua atividade no México, pelo que, deixou seus rolos de filmes daquele evento com um amigo no México, pois as fotos de Fidel podiam comprometê-lo, mesmo sendo fotógrafo. Ditaduras não vacilam e não permitem liberdade de opinião ou profissão quando se trata de seus adversários”, lembrou.

João Vicente disse que Nacho foi companheiro de prisão no Uruguai. “Caminhante pelo mundo como eu, navegante do destino como os cardumes de gente que lutaram e se perderam pelos ventos e oceanos deste imenso diagnóstico que se chama justiça social, nos encontramos novamente lá em Maldonado, em sua casa, e mate após mate, vimos que continuamos os mesmos, sonhadores e garimpeiros de lutas constantes, longínquas e prolongadas, mas jamais abandonadas”, lembrou.



Temer, Moreira Franco e Eduardo Cunha encabeçam a quadrilha Cunha joga tudo para cima de Temer

O ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB/RJ) negou ter “influência” na cúpula da Caixa Econômica Federal e afirmou que a nomeação de um dos dirigentes afastados coube a Michel Temer. Preso no Paraná, ele divulgou nota na quarta-feira (17), declarando

que não tem “qualquer relação pessoal” com os quatro vice-presidentes afastados por suspeitas de irregularidades. Citado por Antonio Carlos Ferreira, afastado da área Corporativa do banco, Cunha afirmou que sua nomeação em 2014 coube a Temer, à época vice-presidente, atendendo

Temer e Cristiane têm nova derrota na Justiça

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região negou, na terça-feira (16), mais um recurso apresentado pelos advogados da deputada federal Cristiane Brasil (PTB/RJ), que está impedida pela Justiça de assumir o Ministério do Trabalho. Os advogados da deputada apresentaram à Justiça embargos de declaração, argumentando que não teria sido respeitado o princípio do juiz natural e que a 1ª Vara Federal de Teresópolis estaria competente para julgar o caso. A defesa alegou ainda que a parlamentar preencheria os requisitos legais para assumir a pasta.

O juiz Vladimir Viotovsky respondeu que o

caso está resolvido. De acordo com o magistrado “está mantida a competência da 4ª Vara Federal de Niterói para julgar a ação popular”.

Na segunda (15), um terceiro recurso tinha sido negado pela Justiça. Outros dois, protocolados no TRF-2, também foram negados pela segunda instância. Agora, todos os recursos que a Advocacia Geral da União (AGU) e os advogados de Cristiane Brasil poderiam tentar no Rio de Janeiro foram esgotados. As novas tentativas para que ela assumo o ministério terão que ser feitas em Brasília.

Filha do presidente do PTB, Roberto Jefferson, a deputada foi indicada por Temer, que preten-

dia com isso comprar o apoio do partido ao assalto à Previdência. O petebista é um conhecido velho, que chegou a confessar ter recebido R\$ 4 milhões para apoiar o governo Lula, crime pelo qual foi condenado na Ação Penal 470, conhecida como “mensalão” do PT. O PTB esteve na base aliada de Dilma e continuou com Temer.

Mas a manobra fez água depois que surgiram informações que Cristiane tem dívidas trabalhistas com ex-funcionários. Ela foi condenada na Justiça Trabalhista a pagar mais de R\$ 60 mil em indenização a um ex-motorista que contratou sem assinar a carteira.

Apavorado com o julgamento, Lula ataca os juizes e inventa história sobre Canudos

O ataque generalizado de Lula aos juizes que analisam o seu caso revelam, no mínimo, um certo destempero por parte de quem não convence ninguém, a não ser alguns mais robotizados, de que não participou do assalto das empreiteiras à Petrobras. Que só Moro fosse hostilizado seria compreensível, afinal, o juiz do Paraná surpreendeu a todos ao interromper a tradicional e longínqua impunidade dos ladrões do patrimônio público.

Dizer que um processo que, segundo o próprio Lula, tem “mil e tantas” páginas, não apresenta “nenhuma” prova de que o triplex era propina da OAS - e que não deu tempo do juiz ler - não convence ninguém. Só o depoimento de Léo Pinheiro, confessando que o apartamento era propina, já seria muito complicado. Mas, se eximir de tudo porque o apartamento não está em seu nome, é pior ainda. Apresentar, inclusive a sua recente penhora como prova de inocência, é ainda mais ridículo. Afinal, trata-se, como disse Moro, na sentença, de um caso clássico de ocultação de patrimônio.

Nada daquela fortuna amealhada ilegalmente por Collor de Mello na década de 90 estava em seu nome. Todo mundo sabe que PC Farias era o laranjão do esquema. Collor só foi “pego” por causa do Fiat Elba. Lula disse no encontro petista do Rio que não roubaria um apartamento de R\$ 500 mil. Que isso é muito pouco. Mas, e os R\$ 40 milhões encontrados nas contas de seu laranjão, Antônio Palocci, hoje preso e réu confesso? Nada a declarar?

Achar que alguém, além de parte do PT, acredita que as empreiteiras pagavam US\$ 200 mil

por suas palestras, pelo seu brilhantismo, - e não como forma de transferir propina em troca das facilidades para superfaturar obras na Petrobras - é achar que o povo não enxerga um palmo diante do nariz. E foram, segundo dados existentes nos inquéritos, mais de 50 palestras. Desconversar, por exemplo, sobre as declarações de Emílio Odebrecht, de que os valores das propinas eram acertados com Palocci, não resolve nada.

E mais, o fato do triplex não estar em seu nome é um agravante, e não um atenuante, já que a denúncia da OAS é de que era propina. Todo propineiro que se preze, esconde patrimônio. Difícil mesmo é explicar porque a cozinha comprada pela OAS por R\$ 380 mil, numa loja chamada Kitchens, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, em São Paulo, era a mesma loja onde a mesma OAS adquiriu a cozinha do sítio de Atibaia, que, por coincidência, também não era de Lula.

Sair esbravejando contra os juizes que ainda nem analisaram seu recurso, como ele fez com o presidente do TRF-4, Carlos Eduardo Thompson Flores, na noite de terça-feira (16) no Rio, revela apenas que a situação não está nada boa. Por isso Lula preferiu dizer que o juiz era bisneto de um militar de Canudos e outras besteiras. Isso não vai intimidar o juiz e nem livrá-lo de nada. Só vai piorar a situação.

O jornal “Folha de S. Paulo” desmentiu Lula. Segundo o jornal, não é verdadeira a declaração dele de que um parente do presidente do TRF-4, Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, matou Antônio Conselheiro, líder da revolta de Canudos,

no fim do século 19. “Esse cidadão é bisneto do general que invadiu Canudos e matou Antônio Conselheiro. Talvez ele ache que eu seja cidadão de Canudos”, disse Lula em ato na terça-feira (16). “Foram três as incorreções do ex-presidente da República. Segundo o TRF-4, Flores é na verdade sobrinho trineto de Tomás Thompson Flores. Ele era coronel, e não general, quando foi morto em combate durante tentativa do Exército de subjugar o arraial baiano. O militar, que também foi deputado federal no começo da República, foi morto em junho de 1897. Conselheiro só morreria em setembro daquele ano”, diz o jornal.

É claro que não é fácil ter que explicar, inclusive para os petistas, o termo de aquisição do triplex, com rasuras, assinado pela falecida dona Marisa, apreendido em sua residência, em São Bernardo. As rasuras eram duas. Um risco forte sobre a palavra triplex e a outra, a troca do número 174 (triplex) pelo número 141 (outro apartamento) do condomínio Solaris. É mais fácil dizer que não tem prova nenhuma.

Ou seja, é compreensível que alguém que se dizia (só se dizia) de esquerda, e que aderiu de malas e bagagem ao neoliberalismo e, por consequência, à corrupção, ao ser desmascarado, reaja desta forma. Desmoralizado, sai xingando todo mundo, pedindo a cabeça de Sérgio Moro, etc. Tudo bem. Dá para entender. Só não é aceitável que os petistas achem normal rasgar a Lei da Ficha Limpa, tão aplaudida por eles mesmos no passado recente, só porque o chefe foi pego roubando e quer ser candidato, mesmo condenado.

SÉRGIO CRUZ

Michel Temer e Moreira Franco tiveram informações privilegiadas para obter propina

O mais difícil, no caso da Caixa Econômica Federal (CEF), é encontrar algo que seja regular ou que não pareça suspeito. Por exemplo, vejamos um trecho do depoimento de Roberto Derziê de Sant’Anna, vice-presidente de Governo da CEF, afastado na terça-feira:

“Roberto Derziê de Sant’Anna afirmou que não considera a VIGOV [Vice-Presidência de Governo] como um cargo do PMDB e que os Deputados do PMDB não o conhecem, com exceção de Moreira Franco, Geddel Vieira Lima, Eliseu Padilha e Michel Temer.”

Com exceção logo desses? Ele continua:

“Segundo Roberto Derziê de Sant’Anna, Michel Temer percebeu sua utilidade em termos de gestão dos repasses nas emendas parlamentares. Segundo Roberto Derziê de Sant’Anna, ele tem uma relação política personalizada, não partidária.”

O sujeito só tem relação, dentro do PMDB, com o quadrilhão. E uma relação “personalizada”, mas “não partidária”.

Esse mesmo Derziê foi contratado por Temer, quando este ocupou a Secretaria de Relações Institucionais do governo Dilma, para ser “ordenador de despesas”.

Antes disso, diz a investigação, Derziê “já tinha histórico com Geddel Vieira Lima e Moreira Franco”, além de Eliseu Padilha.

No governo Dilma, Derziê foi vice-presidente da Caixa. Quando Temer rompeu com Dilma, foi demitido. Logo que Temer substituiu Dilma, Derziê voltou à vice-presidência da CEF. E, portanto, um carregamalas de Temer e & quadrilha. Embora realizasse, também, outros negócios (por ex., foi apreendido “e-mail (...) a Roberto Derziê de Sant’Anna para tratar de pagamentos realizados à Gráfica Atitude, apontada pelo Ministério Público como um dos canais usados para distribuir recursos desviados da Petrobras para o PT”).

O relatório do Escritório Pinheiro Neto Advogados, contratado pelo Conselho de Administração da CEF para realizar uma “investigação independente”, tem 941 páginas.

Nelas, além dos já citados, cruzam-se deputados do PT (Marco Maia, André Vargas, Cândido Vaccarezza), do PSC (Pastor Everaldo), do PRB (Marcos Pereira), e, por exemplo, Sandro Mabel, que era assessor especial de Temer. Esse relatório não é uma investigação policial, mas uma auditoria.

ESCROQUERIA

Há uma quase infundável de escroqueries.

Existem as da dupla Fábio Cleto [vice-presidente de Fundos de Governo e Loterias, antes de Deusdina dos Reis Pereira] e Eduardo Cunha.

Outras referem-se ao bando Temer, Moreira, Geddel, Derziê e mais um certo Giovanni Alves, que a quadrilha de Temer colocou na SUNGE (Superintendência Nacional de Mídias e Grandes Empresas).

Giovanni Alves era intermediário de Temer com a Rodrimar, grupo empresarial que opera no porto de Santos.

Em maio do ano passado, Temer assinou um decreto indecente, ampliando de 25 para 35 anos as concessões do porto de Santos, prorrogáveis por até 70 anos, beneficiando a Rodrimar. Por essa falcatura, Temer (e, também, Rocha Loures, o homem da mala de R\$ 500 mil) estão sendo investigados em inquérito que tramita no STF.

Os investigadores constataram que um diretor da Rodrimar, Ricardo Mesquita, frequentava a sala de Giovanni Alves na sede da CEF. Além disso, “nos e-mails de Giovanni foi detectada mensagem enviada pelo Superintendente Regional e da Baixada Santista contendo informações sobre avaliação de risco de crédito da operação relativa à Rodrimar”.

Como diz a investigação: “a relação de Giovanni Alves com a Rodrimar também pode vir a se tornar objeto de questiona-

mentos judiciais. Isso porque, atualmente, há investigações judiciais em curso para apurar se o presidente Michel Temer possuía alguma relação com essa empresa”.

PT

Por fim, mas não menos importante, existem as façanhas do PT. As principais foram através de André de Souza, um verdadeiro artista em vender facilidades para que empresas obtivessem dinheiro do Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS).

O grupo mais beneficiado por essa propinagem tem o nome de Odebrecht.

Em apenas seis operações com o FI-FGTS, a Odebrecht distribuiu, em propina, R\$ 28 milhões e 295 mil, mais US\$ 8 milhões, 723 mil e 346.

Vejamos alguns outros trechos desse relatório de auditoria:

“... existem indicações de que os valores relacionados à operação Porto Maravilha tenham sido pagos para a liberação dos recursos pela VIFUG [Vice-presidência de Fundos de Governo e Loterias, cuja titular era Deusdina dos Reis Pereira] em cronograma diferente do inicialmente aprovado. Também existem indicações de que teria sido feito pagamento indevido para a aprovação da operação pela Carteira Administrada Residencial do FGTS (...). A contrapartida por parte de Odebrecht, OAS e Carioca incluiria o pagamento de propina no valor de 1,5%.”

“... a contratação da Artplan foi imposta por João Vaccari Neto, que teria realizado o acordo final em um café da manhã em um hotel, em Brasília, com Francisco José (Franz), Vice-Presidente da Artplan. Nessa reunião, os participantes teriam acertado a propina.”

“... Giovanni Alves, ex-superintendente da SUNGE [Superintendência Nacional de Mídias e Grandes Empresas], trabalhando subordinado a Geddel Vieira Lima enquanto vice-presidente, mantinha planilha com investimentos da CEF (CCB, Rio Corrente, SPA Engenharia, Termaq, Intermaritima, Protex/ Dinâmica, etc.) e os respectivos contatos políticos nos partidos PMDB, PT e PSC, fazendo a gestão de interesses políticos nos contratos, entre eles: I) Marco Maia (PT/RS); II) Sandro Mabel (PMDB/GO), ex-assessor especial de Michel Temer (PMDB); III) Pastor Everaldo (PSC); IV) Mauro Lopes (PMDB/MG); e V) Leur Lomanto (PMDB)”.

“... a maior parte das agências de publicidade é do Paraná. Além do casal Paulo Bernardo e Gleisi Hoffman (prima de Ricardo Hoffman), de André Vargas, Clair Santos também é do Paraná.”

Ricardo Hoffman, vice-presidente da agência de publicidade Borghi Lowe e parceiro do então deputado petista André Vargas, lavava dinheiro, em troca de contratos no governo.

“... foram encontrados documentos que podem indicar, pelo menos, o atendimento de pedidos ou o fornecimento de informações de operações em trâmite na CEF, por parte de Roberto Derziê de Sant’Anna, a Moreira Franco e a Michel Temer.”

“[Giovanni Alves] confirmou que Roberto Derziê de Sant’Anna pediu informações sobre operações para repassar a Moreira Franco.”

“Giovanni Alves também endereçou a planilha enviada a Geddel Vieira Lima contendo nomes de políticos. Segundo ele, a planilha foi concebida por seus superiores hierárquicos, notadamente Geddel Vieira Lima e Roberto Derziê de Sant’Anna, e tinha como propósito facilitar o acompanhamento da tramitação de operações financeiras. A coluna intitulada ‘contato externo’ decorria do fato de Geddel Vieira Lima realizar contatos externos com os clientes. Em suma, ‘contato externo’ seria o político responsável pelo ‘nascimento’ de uma operação, e por isso seu nome era colocado na planilha”.

E, meus amigos, nós poderíamos encher de falcaturas um número de volumes maior que os da Enciclopédia Britannica.

CARLOS LOPES

Petição do impeachment de Gilmar Mendes já tem quase dois milhões de assinaturas

O abaixo-assinado que circula na internet pedindo o impeachment do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), alcançou 1.881.548 (Um milhão, oitocentos e oitenta e um mil, quinhentos e quarenta e oito) adesões na tarde da quarta-feira (17). A petição, que está hospedada no site change.org, é uma iniciativa do usuário José Luiz Maffei e tem como meta atingir três milhões de assinaturas. O manifesto pede a destituição de Gilmar e sua inabilitação por oito anos, enumerando ao menos cinco fatos criminosos cometidos pelo ministro. Entre eles, o exercício de atividade político-partidária; prática de atitude desidiosa

no cumprimento dos deveres do cargo; participar de julgamento quando deveria se declarar legalmente suspeito na causa; e o estabelecimento de relações com investigados.

A petição aponta que o ministro “proferiu diversas vezes decisões que contrariam a lei e a ordem constitucional”. O texto cita a libertação de picaretas como Eike Batista, Daniel Dantas e Jacob Barata Filho, da máfia dos ônibus do Rio de Janeiro, réu de quem Gilmar foi padrinho de casamento de uma filha.

Como o julgamento de crime de responsabilidade contra ministros do STF é atribuição do Senado, o documento será encaminhado ao senador Alvaro Dias (Podemos/PR).

Gleisi bravateia por Lula e depois recua

A presidente do PT, senadora Gleisi Hoffmann (PR), afirmou ao portal “Poder 360” que para prender Lula será necessário “matar gente”. “Para prender Lula, vai ter que prender muita gente, mais do que isso, vai ter que matar gente. Aí, vai ter que matar”, disse em entrevista publicada na terça-feira (16).

Pura bravata, uma vez que a prisão de Lula não está na pauta do julgamento do TRF-4.

A declaração, a oito dias do julgamento do petista no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), soou como um desafio à Justiça. Lula foi condenado em primeira instância, no caso do triplex de Guarujá, a nove anos e meio de prisão. O julgamento

em segunda instância está marcado para a próxima quarta-feira (24), em Porto Alegre. Gleisi Hoffmann também atacou o processo judicial e disse que uma eventual condenação significará que os juizes “desceram para o ‘play’ da política [...] No ‘play’ da política nós vamos jogar [...] E vamos jogar pesado”.

As bravatas da presidente do PT foram lançadas ao mesmo tempo em que o partido busca, sem sucesso, intensificar as manifestações de apoio a Lula. Ante o incômodo causado, ela tentou minimizar o tom alegando recurso à “força de expressão”. “Somos da paz e vamos em paz a Porto Alegre”, tentou remendar o blefe atabalhoadamente.



A desastrosa presidente nacional do PT

Procuradoria defende que Jorge Picciani seja mantido na prisão

O deputado comandou na Alerj um monumental esquema de corrupção, que perdurou até o ano de 2017, destacou o parecer emitido pela PGR

A Procuradoria Geral da República (PGR) emitiu parecer em que pede ao Supremo Tribunal Federal (STF) a manutenção da prisão de Jorge Picciani (PMDB), ex-presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). O deputado foi preso em novembro do ano passado pela Operação Cadeia Velha, desdobramento da Lava Jato no estado.

No documento, a PGR afirma que na Alerj havia um “monumental esquema de corrupção, que teve início nos anos 90 e perdurou até o ano de 2017, somente cessando com as medidas cautelares decretadas no bojo das diversas investigações em curso”.

“Trata-se de esquema consolidado no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sob o comando do paciente [Jorge Picciani] e dos demais parlamentares envolvidos, sendo necessária a prisão não somente para fazer cessar a prática delitiva como para permitir que as investigações transcorram sem os percalços que ocorreriam com a liberdade dos investigados”, conclui a procuradoria fazendo referência aos deputados Paulo Melo e Edson Albertassi, ambos do PMDB.

Picciani e Melo já haviam pedido habeas corpus ao STF. Entretanto, o ministro Dias Toffoli negou por questões processuais, já que, em regra, o STF não pode julgar pedidos de habeas corpus que não foram julgados em definitivo pelo STJ. Picciani, Melo e Albertassi chegaram a ser soltos no fim do ano passado, após votação muito tumultuada na Alerj que derrubou o decreto de prisão. Eles deixaram o presídio no mesmo dia, sem que o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) fosse notificado. Picciani foi fotografado em casa, brindando o resultado com uma taça de champanhe nas mãos.

A ação da Alerj foi considerada uma afronta pelo judiciário, que cassou a decisão com uma sentença do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2). Segundo os desembargadores, a Alerj não tinha esse poder, deveria apenas opinar sobre a soltura.

A defesa de Picciani alegou “legitimidade da decisão da Assembleia Legislativa que

sustou a prisão” e disse não haver, na investigação do MPF, “nenhum dado concreto, senão meras conjecturas ou precipitados e inapropriados juízos de valor”. Mas, os presos voltaram à cadeia.

QUADRILHA

Os deputados são acusados de prática de corrupção, associação criminosa, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Segundo o MPF, eles usavam seus postos na Alerj manter uma caixa de propina destinada à compra de decisões para o setor como o de transporte público e da construção. Picciani é acusado de lavar dinheiro inclusive através da compra e venda de gado.

Para os procuradores o presidente da Alerj, seu antecessor, Paulo Melo, e o segundo vice-presidente, Edson Albertassi, formam uma organização integrada pelo ex-governador Sérgio Cabral, que existe de maneira ininterrupta desde 1990.

A organização usurpava recursos federais e estaduais, além de repasses da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranpor), cartel que controla o setor de transporte público e é comandado por Jacob Barata Filho, também investigado e preso pela PF.

A compra e venda de projetos de lei também é apontada em um e-mail que a Odebrecht enviou a Picciani, contendo uma proposta de projeto de isenção fiscal para a empreiteira. O documento foi aprovado na íntegra pela Alerj.

JUNTOS

Sérgio Cabral, Jacob Barata Filho, Jorge Picciani, Paulo Melo, Edson Albertassi, e um grupo de presos da Lava Jato, estão na ala C da Cadeia Pública “José Frederico Marques”, em Benfica, onde durante a vitória do Ministério Público (MP), em novembro passado, foram encontrados camarão, bacalhau, queijos importados, castanhas e outras especiarias.

Quando o MP chegou à cela de Cabral, encontrou o ex-governador em uma reunião íntima com Jorge Picciani, com seus petiscos de luxo ao lado. Na ala dos políticos e empresários corruptos presos as celas ficavam abertas, todos circulando livremente, como divulgado nos vídeos feitos pelo MP.

Mairiporã decreta situação de calamidade após novas mortes por febre amarela

A Prefeitura de Mairiporã, na região metropolitana da capital paulista, decretou estado de calamidade pública na saúde gerada pelo avanço dos casos de febre amarela, na última terça-feira (16).

O decreto, publicado no último sábado (12), permite contratações emergenciais, a entrada forçada em imóveis particulares para combate do criadouro de mosquitos e o remanejamento de servidores para atender às demandas prioritárias da Secretaria Municipal de Saúde.

A cidade já possui 57 casos suspeitos de febre amarela, sendo que 13 já foram confirmados e, desses, seis resultaram em óbitos. Entre os que ainda aguardam confirmações, há dez mortes. Segundo a prefeitura, todos os casos foram registrados a partir de 13 de dezembro, tendo ocorrido o pico nos primeiros dias de 2018.

A grave situação de São Paulo, impulsionada pela demora na tomada de medidas preventivas e nos repetidos cortes de verba para controle de epidemias levou à Organização Mundial da Saúde (OMS) a considerar todo o estado de São Paulo como área de risco de febre amarela, também nesta terça-feira. Segundo o secretário da entidade, a decisão foi tomada “considerando o aumento da atividade do vírus” observado na região.

Desde que o surto começou, 21 pessoas morreram no Estado

de São Paulo. Dessas 21 mortes, 11 ocorreram nos 16 primeiros dias de 2018. A confirmação dos casos de febre amarela é demorada, entre sete e 10 dias, o que retarda também os balanços oficiais.

O avanço mais acelerado da febre amarela também é visto em Minas Gerais que já soma 15 mortes pela doença desde dezembro de 2017. Segundo os dados da Secretaria de Estado de Saúde de MG, nove mortes são de pacientes da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Nesta terça-feira, a Prefeitura de Nova Lima, também na região metropolitana, decretou situação de emergência em saúde pública após confirmar, por meio de exames, o quinto óbito pela doença na cidade.

CORTES

Enquanto o governo federal diz estar tomando providências o que se percebe é a falta de ação. Apenas agora, com os números de mortes explodindo na região sudeste, tomou-se a decisão de imunizar parte da população de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Em meio ao surto, a política de cortes e arrocho conduzida pelo governo Temer está diretamente ligada ao surto. Levantamento do jornal “O Globo”, aponta que, somente no ano de 2017, a verba para situações de epidemias foi cortada em 33%. O investimento caiu de R\$ 30 para R\$ 20 milhões, em comparação com 2016.



Ex-presidente da Alerj mantinha “caixa da propina” para compra de decisões

Venda da Embraer é ameaça à soberania, afirmam os trabalhadores em manifesto

Na última quarta-feira (17), os sindicatos dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Botucatu e Araraquara lançaram um manifesto unificado contra a venda da Embraer para a norte-americana Boeing.

Segundo manifesto das entidades, “a Embraer detém tecnologia para desenvolvimento e produção de aviões comerciais, executivos, agrícolas e militares, além de peças aeroespaciais, satélites e monitoramento de fronteira. É, portanto, estratégica para o Brasil. Sua entrega, total ou parcial, representa risco à soberania nacional”.

Apesar de o governo Temer afirmar que não há um plano de venda, executivos da Embraer e da Boeing tem se reunido constantemente nos últimos dias. Até mesmo o ministro da Defesa de Temer, Raul Jungmann, se encontrou com representantes da norte-americana para “tratar de parceiras estratégicas”.

“Qualquer transação



Assembleia de trabalhadores repudiou a negociata

comercial que represente a transferência de controle da Embraer será prejudicial ao país e merece a rejeição de toda sociedade. A empresa gera 17 mil empregos diretos e 5 mil terceirizados no Brasil, é a terceira maior exportadora do país, com plantas em São José dos Campos (sede), Gavião Peixoto, Botucatu, Taubaté e Sorocaba. Vendê-la seria repetir e aprofundar o erro cometido em 1994, quando foi privatizada”, relembram os trabalhadores.

O vice-presidente do Sindicato de São José dos Campos, Herbert Claros afirmou que “a venda para a Boeing é um caminho às

escuras. Essa empresa é protecionista e não hesitará em fechar as unidades do Brasil ao menor sinal de crise nos Estados Unidos”. Ele lembrou do caso da McDonnell Douglas Corporation, que foi a terceira maior fabricante de aviões comerciais e militares do mundo, mas foi fechada após ser comprada pela Boeing, em 1996.

“A história de fusões e construção de monopólios mostra que o resultado dessas transações são demissões, retirada de direitos e fechamento de fábricas. Não podemos fechar os olhos para esta realidade”, conclui o texto.

Luis Gama é declarado patrono da Abolição da Escravidão no Brasil

Nome do advogado foi incluído no Livro dos Heróis da Pátria

Luis Gama, conhecido como “o advogado dos escravos” durante o período colonial foi homenageado pela Lei 13.629/2018, se tornando o Patrono da Abolição da Escravidão do Brasil. A lei foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), desta quarta-feira (17).

O líder abolicionista Luís Gonzaga Pinto da Gama também está, a partir de agora, com seu nome inscrito no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, com a publicação da Lei 13.628/2018, no DOU nesta quarta-feira. Quem tem o nome inscrito no chamado “Livro de Aço” é considerado herói nacional.

Luis Gama, além de advogado era poeta e jornalista. Ele nasceu em Salvador em 1830, filho de um fidalgo português com a revolucionária Luiza Mahin, uma escrava liberta. “Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa Mina, (Nagô de Nação) de nome Luiza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito alta, geniosa, insofrida e vingativa”, afirmou em carta enviada a Lúcio de Mendonça em julho de 1880, aos 50 anos.

O nome de seu pai não ficou conhecido, e nessa mesma carta citada acima,



Abolicionista libertou mais de 500 negros da escravidão

o líder explicou: “Meu pai (...) era fidalgo; e pertencia a uma das principais famílias da Bahia, de origem portuguesa. Devo poupar à sua infeliz memória uma injúria dolorosa, e o faço ocultando o seu nome”, disse.

Em razão de uma dívida de jogo, após perder toda herança herdada de uma tia, o pai de Luis Gama o vendeu como escravo quando ele tinha apenas 10 anos. Alforriado sete anos mais tarde, aprendeu a ler e tentou cursar legalmente Direito na Universidade de São Paulo (USP), mas, por ser negro, enfrentou hostilidade da instituição, de professores e alunos. Ele persistiu e seguiu assistindo às aulas como ouvinte, posteriormente conseguiu a carta de advogado.

Como poeta, especializou-se na sátira, ou nas “trovas burlescas”, como as chamava. Numa delas, atribuiu-se o apelido de “Orfeu de carapinha”.

Noutra, jogando com a palavra “bode” no sentido de mestiço, escreveu: “Se negro sou, ou sou bode, / Pouco importa. O que isto pode?”. Como jornalista, sua principal causa era a luta contra a escravidão, mas tinha também um lado humorista, nos semanários ‘O Polichinelo’ e ‘O Cabrião’.

Sua militância culminava na advocacia em favor dos escravos. Estampava nos jornais anúncio que dizia: “O abaixo assinado aceita, para sustentar gratuitamente perante os tribunais, todas as causas de liberdade que os interessados lhe quiserem confiar. Luís Gonzaga Pinto da Gama”.

O líder abolicionista com o conhecimento adquirido, defendeu e libertou na Justiça mais de 500 negros escravos, mas faleceu em 1882, seis anos antes promulgação da Lei Áurea.



CARTAS

horadopovo@horadopovo.com.br

Tolerância

É de causar repulsa a qualquer brasileiro a figura do ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Granda Filho. O cidadão, que apesar de ocupar um cargo em que deveria se colocar à frente da defesa dos trabalhadores, apenas se põe contra eles. Recentemente defendeu a flexibilização dos direitos trabalhistas e também que a “natureza da mulher” a coloca como obediente ao marido e portanto, deve se prestar às tarefas domésticas. Não se pode tolerar um cidadão como este à frente do Tribunal que existe para garantir os direitos dos trabalhadores.

Joaquim de Almeida – São Paulo, SP

Injustiça

Muito injusta a medida do prefeito Greca, que limita o uso do cartão isento do transporte para aposentados por invalidez. Muita gente sem recursos vai ficar impedida de usar o transporte com o cartão, para dar continuidade aos seus inúmeros procedimentos médicos, o que é lamentável. É o poder público tirando direitos adquiridos da população que mais precisa!

Célio Borba – Curitiba, PR

PF deflagra a Operação Renitência contra novos desvios de dinheiro da saúde em Foz do Iguaçu

A Polícia Federal (PF) deflagrou nesta terça-feira (16), em Foz do Iguaçu, a Operação Renitência. A ação é a oitava fase da Operação Pecúlio, e mira um esquema de desvio de dinheiro público formado por políticos e servidores.

Os policiais cumpriram seis mandados de prisão, sendo três prisões preventivas e três prisões temporárias, além de doze ordens de busca e apreensão contra integrantes do esquema. Todos expedidos pela 3ª Vara Federal de Foz do Iguaçu – PR.

A PF informou através de nota, que as investigações realizadas em conjunto com o Ministério Público Federal, em Foz, apontam que o esquema seria chefiado por um vereador da atual gestão da cidade, e contaria com pelo menos um servidor da Fundação Municipal da Saúde que estaria direcionando contratações públicas.

Segundo noticiou a Rádio Cultura, um dos alvos das prisões preventivas na operação, foi o vereador Dr. Brito (PEN/Patriota), indicado como o chefe da organização.

De acordo com a PF, a operação foi intitulada Renitência devido à “persistência de alguns agentes públicos em se valerem do cargo exercido para efetuar atividades ilícitas”.

Entre 2016 e 2017, a Operação Pecúlio investigou irregularidades cometidas pela quadrilha formada pelo ex-prefeito Rani Pereira, servidores, ex-secretários municipais, vereadores e empresários na cidade de Foz de Iguaçu. O prefeito e 14, dos 15, vereadores da cidade foram presos.

STF nega habeas corpus a assassinos da chacina de Pau D'Arco, no Pará

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, rejeitou o pedido de habeas corpus requerido pelos policiais acusados de executarem a sangue frio dez pessoas na fazenda Santa Lúcia, em Pau d'Arco, no sudoeste do Pará, em maio de 2017.

Os PMs entraram com um recurso no STF após a ministra Laurita Vaz, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ter restabelecido a prisão preventiva, em 18 de dezembro. Eles haviam sido soltos pelo Tribunal de Justiça do Pará, que não viu motivos para mantê-los presos.

Laurita Vaz acolheu os argumentos do Ministério Público do Pará (MP-PA), destacando a gravidade dos crimes e os “substanciais” indícios de envolvimento dos policiais.

Para a ela, as provas já reunidas pelos investigadores apontam “para a ação deliberada de agentes do Estado na prática de múltiplos homicídios, em associação criminosa, com requintes de crueldade, tortura, e com fortes evidências de manipulação da cena dos crimes, para encobrir vestígios”, acrescentando que a soltura dos policiais “acarreta inevitável sensação de incapacidade do Estado de coibir atentados do mesmo tipo”, ameaçando a colheita de novas provas e as vítimas sobreviventes da chacina e outras testemunhas.

No dia 24 de maio um grupo de policiais civis e militares seguiu até a fazenda Santa Lúcia, no município de Pau D'Arco, para dar cumprimento a 14 mandados de prisão contra trabalhadores suspeitos de envolvimento na morte de um segurança da fazenda em abril. Após a ação, dez agricultores foram assassinados.

A principal linha de investigação é de que foi uma ação planejada de execução, não havendo resistência nem confronto por parte dos trabalhadores. “Tudo indica que houve uma execução sumária”, disse em agosto Jeannot Jansen, secretário da Segurança Pública e da Defesa Social do Pará.

A versão dos acusados é de que os assentados tinham um arsenal de armas de fogo e reagiram à presença dos policiais. Houve troca de tiros, que resultou nas mortes. Porém, além de todas as provas que contrariam a versão dos policiais envolvidos, familiares das vítimas e sobreviventes alegam que a ocupação da fazenda era pacífica e que os policiais chegaram de forma truculenta e atiraram sem provocação.

Sem trégua na luta contra roubo à Previdência, conclama Cobap



Reunião organiza protesto do dia 1º/02

Juizes preparam ato em Brasília contra PEC 287

Diversas lideranças da magistratura e membros do Ministério Público se reuniram na terça-feira (16), em ação preparatória para o ato público nacional da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), que será realizado no dia 1º de fevereiro, contra a reforma da Previdência (PEC 287/16).

Segundo movimento, a manifestação, marcada no dia da abertura do ano Judiciário, tem como objetivo alertar toda a população dos riscos de propostas legislativas que pretendem sucatear o sistema previdenciário brasileiro e enfraquecer a atuação de juizes e membros do Ministério Público.

“O ato é um importante marco na defesa das carreiras da Magistratura e do Ministério Público e deverá revelar que as consequências nefastas da PEC 287/16 e de vários projetos de lei que ameaçam a independência daquelas instituições não serão sentidas apenas por juizes, procuradores e promotores, mas por toda a população”, afirmou o presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho, (Anamatra), Guilherme Feliciano.

O ato terá início às 14h, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados. Após o ato na Casa Legislativa, a frente de juizes seguirá em caminhada até o Supremo Tribunal Federal (STF), quando entregará um documento com os pleitos das duas carreiras à presidente do STF, Cármen Lúcia.



Manifestação realizada pela Cobap contra o roubo das aposentadorias



Assembleia realizada nesta quarta-feira, 17, aprovou a paralisação

Metroviários de São Paulo fazem greve de 24h contra a privatização das linhas 5 e 17

Começou à meia noite desta quinta-feira (18), a greve de 24 horas dos metroviários de São Paulo. Segundo Sindicato da categoria, o movimento é contra a privatização das Linhas 5-Lilás e 17-Ouro, que têm leilão marcado pelo governo de Geraldo Alckmin (PSDB) para a próxima sexta-feira, 19.

Os metroviários se reuniram na noite de quarta-feira (17), em assembleia, e aprovaram a paralisação de 24 horas do serviço de transporte. Todas as linhas do metrô estarão em greve, com exceção da linha 4-amarela, que é operada pela iniciativa privada. A categoria

também promoverá um ato na sexta-feira, a partir das 9h, na região da Bolsa de Valores de São Paulo, onde será realizado o leilão.

Segundo o coordenador geral do Sindicato, Raimundo Cordeiro, a licitação é direcionada. “O motivo da greve é o leilão de carta marcadas, que vai entregar o patrimônio público, a linha 5 e 17, para a CCR, empresa envolvida em grande escândalo de corrupção”, denunciou Cordeiro.

No dia 11 deste mês, o Sindicato dos Metroviários de São Paulo divulgou que entrou com um pedido de suspensão do leilão das

linhas na Justiça. A empresa CCR já opera a linha 4-amarela, a primeira a ser privatizada em São Paulo. A liminar ainda não saiu.

Raimundo denuncia ainda que o preço que o governo estipulou é irrisório. “Estão sendo vendidos vinte quilômetros, mas o valor que Alckmin estipulou não daria para construir nem um quilômetro”, denuncia. Segundo o sindicato, a previsão é que o contrato renda mais de R\$ 10,8 bilhões. Porém o lance mínimo para obter as linhas é de R\$ 189 milhões, com contrapartida de investimento de R\$ 3 bilhões, ao longo de 20 anos.

R. Jefferson quer fim da Justiça do Trabalho após sua filha ser impedida de tomar posse

A Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Primeira Região (Amatra1 - Rio de Janeiro), divulgou nota nesta quarta-feira (17) repudiando a declaração do presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, na qual ele afirma que a Justiça do Trabalho deveria “acabar”. “Ela é a babá mais cara do mundo. Você não tem defesa na Justiça do Trabalho. Nós tínhamos que acabar com a Justiça do Trabalho, porque ela é uma excrescência brasileira, e julgar na Justiça comum”.

A declaração foi feita exatamente em um momento em que a Justiça do Trabalho impediu sua filha, a deputada licenciada Cristiane Brasil (PTB-RJ), de tomar posse no Ministério do Trabalho devido a uma condenação trabalhista. Cristiane fora condenada a pagar mais de R\$ 60 mil em

indenização a ex-funcionários que não tinham a carteira assinada e não receberam todos os seus direitos.

Por isso, a Anamatra esclarece que “é evidente a motivação contra a Justiça do Trabalho: após ação popular da advocacia trabalhista carioca, sua filha, a deputada licenciada Cristiane Brasil (PTB-RJ), foi impedida, pela Justiça Federal, resalte-se, de assumir o cargo de Ministra do Trabalho, justamente por colecionar condenações trabalhistas, utilizando-se de artifícios processuais para postergá-las, tornando-se, portanto, inapta para a pasta”.

A entidade aponta que “Cristiane Brasil foi condenada pela Justiça do Trabalho por descumprir a obrigação básica e primordial, qual seja, não assinar a Carteira de

Trabalho e Previdência Social (CTPS) de seus empregados - principal instrumento para garantia dos deveres e direitos do trabalhador”, o que deixa clara a necessidade do órgão: é o “setor do Poder Judiciário incumbido de equilibrar as relações entre capital e trabalho e impor limites à exploração da pessoa humana, conforme orientam a Constituição Federal brasileira e inúmeros tratados internacionais dos quais o País é signatário”.

Sobre a acusação de babá de luxo, a Anamatra ressalta que é o mais eficiente setor do judiciário. “O 13º Relatório Justiça em Números, divulgado em 2017 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aponta que o índice de processos não solucionados nas varas trabalhistas do País é de 6,8%, enquanto o índice médio do Judiciário é de 73%”.

Audidores resgatam 10 trabalhadores em situação análoga à escravidão em salina no Rio de Janeiro

Os auditores fiscais do Ministério do Trabalho resgataram dez trabalhadores em condições semelhantes à escravidão em uma salina no litoral do Rio de Janeiro. Este foi o primeiro resgate após a mudança no final do ano passado, na portaria do governo Temer, que dificultavam ações dos auditores no combate do trabalho escravo.

O resgate foi divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego na última terça-feira, 16,

onde ocorria a extração de sal, na fábrica, e no alojamento dos trabalhadores. No alojamento, os fiscais encontraram: falta de água potável, colchões com baixa densidade; falta de cama, falta de higiene e limpeza, descargas dos sanitários quebradas, fiação elétrica exposta, ventiladores quebrados, entre outras irregularidades. Os auditores fiscais também interditaram equipamentos usados na fábrica por falta de segurança.

Os auditores fizeram inspeções na frente de trabalho,



Na foto, a finalista Aline Longui com os mestres Sabiá, Catitu, Maurão e Lobão

RJ e SP abrem primeira etapa de competição de capoeira

Teve início no dia 15 de janeiro a primeira etapa do campeonato de capoeira Red Bull Paranaú 2018. A competição, em sua segunda edição este ano, é dirigida pelo Mestre Sabiá, da Bahia, e realiza seletivas estaduais no Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Os classificados disputarão a final em Salvador, no dia 3 de março.

Nesta quarta-feira, 17, aconteceu a etapa paulista feminina, reunindo capoeiristas de diversas regiões da capital e do estado. A selecionada para a final foi a professora Aline Longui, de Jundiá. Entre as finalistas, também estavam a professora Daniella Cavalcante, de Santos, professora Priscila Raiz, Instrutora Navalha e a contramestra Natália Fiu, da capital, e a contramestra Nagô, de Osasco. O evento, tem como curador o Mestre Catitu, e a seletiva teve como juizes convidados os Mestres Maurão e Mestre Lobão.

Para Aline, o diferencial do campeonato é que foi levado em conta questões “como o respeito aos fundamentos, o olhar no berimbau gunga, a alegria de jogar, a vadição. E tudo isso com mulheres muito boas competindo. Foi tudo maravilhoso, um aprendizado muito grande”, disse a professora, que acabou de realizar, no último final de semana, um encontro de capoeira feminino em Jundiá, reunindo cerca de 70 capoeiristas em uma atividade de troca de experiências e conhecimento. A atividade foi uma das ações promovidas pelo coletivo Mulheres da Garoa, do qual Aline e outras competidoras participam, com o intuito de fortalecer a presença da mulher na capoeira, e sua integração. O coletivo também realiza uma campanha de arrecadação para a participação do grupo em atividades fora do país e em outras regiões do Brasil.

As seletivas do Rio de Janeiro, tanto feminina quanto masculina, ocorreram nos dias 15 e 16. A finalista feminina foi Priscila dos Santos, conhecida como instrutora MC, de Santa Cruz da Serra, Duque de Caxias. Após sua classificação, Priscila agradeceu seu mestre Faísca, seus amigos, considerando que “essa é uma oportunidade para todos nós, mas principalmente para as mulheres, mostrando que também temos valor na capoeira”. O classificado na categoria masculina foi Rodrigo da Conceição (Marimbondo), de Rio das Ostras. A seletiva da Bahia ocorre nos dias 26 e 27 de fevereiro.

JÚLIA CRUZ



Priscila e Rodrigo, finalistas da etapa Rio

“Deputado que trair vontade do povo será crucificado”, ressaltou Warley

A Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap) conclamou a sociedade a “não dar trégua em Brasília” nessa reta final pela derrubada do projeto de assalto à Previdência. “Mais de 90% da população é contra. O deputado que trair a vontade do povo será ‘crucificado’ nas urnas em outubro de 2018. Nunca mais irá se eleger, mesmo se gastar os milhões prometidos por Temer”, ressaltou Warley Martins, presidente da entidade.

Warley condenou as negociatas do governo para passar a reforma da Previdência a qualquer custo, ressaltando que trata-se de uma comprovação de que não há garantia de voto suficiente dos deputados. “É a vitória do povo que se aproxima”, comenta o dirigente.

Segundo Warley, a declaração de Temer, de que no dia 19 de fevereiro deve ser iniciada a votação da PEC 287, que institui a reforma da Previdência, é mentirosa: “Seus próprios aliados o contradizem a todo o momento”, argumenta. “O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirmou que nem por um milagre a PEC 287 será votada na próxima semana. Foi além, afirmou que, se a reforma não sair em fevereiro, tem grande chance de ser engavetada (...)”. Fábio Ramalho, vice da Câmara e correligionário de Temer, estima que o governo teria somente 220 votos a favor da reforma, sendo 308 o necessário”.

Não é apenas a falta de apoio que preocupa o Planalto, mas a completa rejeição da medida e das formas utilizadas para tentar “convencer” os deputados. A população não se engana e sabe que não pode ser justo um sistema em que a aposentadoria se torna impossível, inalcançável. Contra essa medida as centrais sindicais CGTB e Conlutas e movimentos dos servidores públicos estão organizando uma Greve Geral para o dia 19. “Falta pouco para obtermos essa vitória, não podemos vacilar na reta final e nem baixar a guarda. É o momento do tudo ou nada. Por cima deles”, conclama Warley.

O líder dos aposentados condenou a campanha mentirosa do governo, ressaltando que todas as negociatas e acordos são feitos na base da mentira e da compra de votos. Os aliados de Temer no governo se apressaram em des-

mentir o líder da Câmara, ou pelo menos relativizar a declaração, embora a veracidade dela seja óbvia: sem o compromisso de voto de pelo menos 308 deputados, o governo não irá colocar a pauta em votação e, no ano das eleições, votar um ataque tão desmedido aos direitos dos trabalhadores seria um suicídio eleitoral aos parlamentares.

O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marum, tentou desconversar a declaração de Maia, mas ele também revelou que não há acordo. “É um processo de conquista de votos. O momento hoje é muito melhor do que tínhamos em dezembro. Não temos o número de votos suficientes, mas vamos ter até o dia 19 de fevereiro”, disse. Por isso Warley aponta que, “apesar do governo ser impopular, não podemos subestimar. É necessário que cada cidadão faça a sua parte”.

A Cobap participou ativamente da CPI da Previdência realizada no Senado Federal durante o ano passado e vem condenando a falta de divulgação dos resultados obtidos. A CPI comprovou que não existe necessidade da reforma, e que quaisquer déficit que o governo apresenta foram fabricados por ele mesmo: mecanismos como a DRU (Desvinculação das Receitas da União) desviam uma enorme parte do orçamento, que pela constituição eram destinadas à Seguridade Social, sem contar as dívidas milionárias feitas pelas grandes empresas – em especial as corruptas, como a JBS, líder no ranking de dívidas com a Previdência – e que, ao invés de serem cobradas, têm suas dívidas parceladas a perder de vista, através de mecanismos como o Refis, criado pelo governo para perdoar impostos ou reduzir juros de devedores.

Warley também condenou a recente tentativa de Temer de buscar apoio de figuras como Silvio Santos e pastores evangélicos, para que a rejeição à medida diminua na sociedade. “Temer está tentando ‘convencer’ os deputados e gastando horrores com propagandas enganosas. Depois de tentar comprar o apoio dos evangélicos, logo estará fazendo maldade ou promessa para tudo que é santo. Tudo isso em vão. Até a Igreja Católica, através da CNBB, já afirmou publicamente que essa reforma previdenciária é ruim e prejudicial”, concluiu.

Servidores defendem greve geral se PEC for à votação

O Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate) deliberou, em reunião do movimento nesta quarta-feira, 18, novas ações para intensificar a pressão no Congresso Nacional pela derrubada da reforma da Previdência - Proposta de Emenda à Constituição (PEC 287/2016).

“A reforma que o Brasil precisa não é esta. O governo federal insiste em aprovar uma reforma previdenciária de maneira açodada, comprando apoio de parlamentares, e sem debater os reais impactos das mudanças na vida de milhões de trabalhadores brasileiros”, afirmou o presidente do Fonacate, Rudinei Marques.

Segundo o movimento, as diversas entidades do funcionalismo público federal e outros segmentos da sociedade brasileira estão preparando ações conjuntas na casa legislativa e

nos estados, assim que iniciar o ano legislativo, para pressionar os deputados federais a votarem ‘Não’ à reforma da Previdência de Temer. O Fonacate também anunciou que lançará em fevereiro uma nova campanha de mídia para desmentir as falácias do governo e uma greve geral caso o governo insista na votação da matéria no dia 19 do próximo mês.

Para o presidente do Fonacate, “os servidores sabem que tem que ser feitas mudanças no sistema de seguridade, mas o governo não está sendo honesto quando apresenta seus números”, disse Marques, que continuou: “As desonerações são exemplos claros de gestão equivocada. Gasta-se uma enxurrada de dinheiro e ninguém, a rigor, as fiscaliza. Não há um órgão no governo que controle os resultados”, destacou Rudinei.

Grudinin lança programa para a Rússia: desenvolver indústria e superar pobreza

Desenvolvimento com justiça, emprego, salários dignos, redução dos juros para garantir o crescimento e apoio a tribunais que devem atuar no combate à corrupção, defende candidato à Presidência da Rússia

Pavel Nikolayevich Grudinin, diretor do Sovkhoz Lenin, que manteve seu funcionamento de acordo com as regras da época soviética e é a cooperativa agrícola mais produtiva do país, é candidato às eleições presidenciais que acontecerão em 18 de março na Rússia. Aglutinando amplos setores, sua campanha conta com o apoio do Partido Comunista da Federação Russa, (PCFR), que aprovou a candidatura em seu 17º Congresso, realizado em Moscou nos dias 22 e 23 de dezembro; do movimento Frente de Esquerda, das Forças Patrióticas Nacionais da Rússia, frente que congrega dezenas de entidades sociais, e de muitas personalidades políticas, sociais e culturais. Victor Ampilov, presidente do Movimento Rússia dos Trabalhadores, herói da luta pelo socialismo em seu país,

para tornar nossa pátria novamente um país forte e poderoso, superar a pobreza, garantir uma vida decente para os cidadãos devemos realizar as seguintes questões fundamentais:

1. Mudança da estratégia econômica. A prioridade será o bem-estar das grandes massas do povo, e não de um punhado de oligarcas; os interesses do homem comum e não a rapacidade dos especuladores. Isso exige uma mudança radical que abandone o capitalismo oligárquico e construa um governo social. Nós vamos pôr a riqueza da Rússia, seus recursos naturais, industriais e financeiros a serviço do povo. Nacionalizaremos os setores estrategicamente importantes e formadores de sistemas da indústria, da energia elétrica, das ferrovias, os sistemas de comunicação, os bancos líderes. Isso dará impulso ao desenvolvimento e trará trilhões de rublos para administrar anualmente; permitirá formular um orçamento de desenvolvimento em vez de um orçamento de empobrecimento e degradação.

2. Restauração da soberania econômica da Rússia. No caixa do governo há alguns trilhões de rublos. Mas esses fundos colossais foram transferidos para serem geridos por organizações financeiras estrangeiras. Com esses trilhões de rublos que são armazenados em bancos e em títulos de dívida dos EUA, faremos investimentos em produção, ciência e educação. O novo governo salvará a economia russa da dependência total do dólar. Criará um sistema financeiro no interesse do Estado e dos cidadãos do país. Limitaremos o acesso de capital especulativo estrangeiro ao mercado russo. Recusar-nos-emos a participar da OMC, porque durante 4 anos de permanência nesse castigo econômico, tivemos mais de um trilhão de rublos de perdas diretas e 5 trilhões indiretas.

3. Recursos de crédito para restaurar a economia. Para esse fim, reduziremos os juros bancários. Suprimiremos a saída selvagem de capitais para o exterior. Vamos concentrar todos os fundos disponíveis para investimento na produção interna e no homem. Abrir-se-ão oportunidades para investimentos em larga escala na economia, para apoiar as pequenas e médias empresas, as empresas populares e coletivas. Vamos acabar com o estrangulamento dessas empresas por conta dos interesses de redes de multinacionais com proprietários estrangeiros. O sistema monetário fornecerá um empréstimo barato a longo prazo.

4. Nova industrialização, modernização da economia e sua condução em trilhos inovadores. É necessário contar com ciência e novas tecnologias. Participar no desenvolvimento ativo de indústrias que fornecem progresso tecnológico: microeletrônica, biotecnologia, robótica e máquinas-ferramentas.

5. Garantir a segurança alimentar da Rússia, superando a situação em que uma parcela significativa dos alimentos é importada do exterior. O programa de desenvolvimento sustentável das regiões dará a estas uma nova vida, reviverá a grande produção agrícola e a infra-estrutura social nas áreas

que veio a faltar no último dia 15, também tinha declarado seu apoio.

O programa de Grudinin – que destaca propostas, desde a mudança de estratégia econômica, com a prioridade para “o povo e não os oligarcas”, com a “restauração da soberania econômica da Rússia”, até a “garantia da segurança alimentar”, passando pela “nova industrialização e modernização da economia” – é composto de 20 pontos que, no conjunto, visam iniciar a retomada das conquistas populares obtidas durante o regime socialista e a prioridade para a reindustrialização do país, a nacionalização de sua economia, a garantia dos direitos sociais e políticos da população russa.

Publicamos a proposta de governo na íntegra.

SUSANA SANTOS

rurais. Para esse fim, direcionaremos pelo menos 10% das despesas orçamentárias. Devolveremos os Controles de Qualidade Estatais (GOST) e aplicaremos responsabilidade criminal à falsificação de produtos alimentares.

6. Nossa tarefa histórica é garantir o ressurgimento da Rússia "interiorana". Vamos equilibrar as capacidades dos orçamentos regionais. Vamos realizar a gaseificação do país. Vamos garantir o apoio às pequenas cidades, aldeias e assentamentos rurais. Vamos assegurar o retorno a eles das escolas, hospitais e outras infra-estruturas sociais. Desenvolveremos aos cidadãos o fornecimento gratuito de gás, eletricidade, água e esgoto nas moradias nas pequenas cidades e vilas.

7. Controle nos preços dos produtos básicos e bens essenciais, nas tarifas de serviços públicos. Vamos limitar os apetites dos monopólios, acabaremos com o aumento especulativo dos preços dos bens e serviços vitais. Vamos reduzir os preços dos medicamentos e tarifas para todos os tipos de transporte. As tarifas de habitação e dos serviços públicos não devem exceder 10% da renda familiar.

8. Impostos no interesse da justiça e do desenvolvimento. O imposto de renda sobre os ricos crescerá, mas os dos pobres serão abolidos. O sistema fiscal estimulará as atividades de investimento e inovação das empresas. O imposto de valor agregado que sufoca nossa indústria será eliminado. Vamos cancelar o imposto sobre o transporte e o sistema ‘Platão’ [sistema de controle de cargas dos caminhões nas rodovias].

9. Restauração das garantias no trabalho e jornada de 8 horas, oferta de trabalho às pessoas e salários decentes. O salário mínimo será de 25.000 a 30.000 rublos [1.400 a 1.700 reais aproximadamente]. O trabalhador passará a ganhar um salário digno, a descansar dignamente e restaurar as suas forças. Devolveremos as garantias de emprego aos jovens. Os graduados das universidades públicas terão o primeiro emprego garantido. Serão lançados programas em larga escala de reciclagem e treinamento avançado.

10. A destruição da esfera social será interrompida. Nós garantiremos a gratuidade e a qualidade do ensino secundário e superior e atendimento médico. Devolveremos o exame médico gratuito anual. Vamos estabelecer padrões de financiamento da ciência, educação e cuidados de saúde em pelo menos 7% do PIB para cada setor. O estado cuidará de todas as despesas para o tratamento de pessoas gravemente doentes, especialmente crianças. A cultura física e o esporte se tornarão direito das pessoas, o meio mais importante para fortalecer a saúde da nação.

11. A maternidade e a infância receberão apoio total. Vamos restaurar o sistema de educação pré-escolar, garantiremos um lugar para a criança no jardim de infância e no turno prolongado na escola. Será realidade o desenvolvimento de esportes infantis em massa, círculos



Industrialização, soberania econômica, segurança alimentar e poder popular integram a proposta de Grudinin

gratuitos e estudos criativos. Nós equiparemos o benefício infantil mensal a um nível considerado mínimo para cada criança. O benefício mensal será aumentado de um ano e meio para três anos. O Estado subsidiará a produção de bens para crianças.

12. Pensões dignas para os cidadãos. Adotaremos imediatamente uma lei sobre "os filhos da guerra". Vamos manter a idade atual da aposentadoria. Retornaremos à indexação das aposentadorias dos pensionistas trabalhadores. Vamos cancelar o coeficiente decrescente de 0,54 para pensionistas militares. Garantiremos uma aposentadoria média por idade de pelo menos 50% do salário médio.

13. Protegeremos a saúde espiritual da Nação. Faremos reviver a nossa cultura nacional. Forneceremos apoio total aos museus, teatros, bibliotecas.

14. Garantiremos a construção em massa de habitação acessível e de alta qualidade. Providenciaremos a entrega de apartamentos ou casas para as famílias jovens, eliminando as moradias decrepitas e em ruínas. Vamos expandir a construção em massa de moradias pelo seu custo real e fornecê-las às famílias com filhos em parcelas, sem juros usurários. As taxas de hipoteca serão reduzidas para 3-4%. As famílias com muitos filhos e famílias jovens receberão empréstimos sem juros por um período de 30 anos. Os edifícios de "vedação" [prédios construídos entre outros prédios ocupando as áreas verdes] vão acabar.

15. Limite à ganância dos agiotas. Forneceremos uma anistia de dívidas para as vítimas de "Instituições de Microfinanças". Será introduzida a responsabilidade criminal para abranger quem se envolve em transações de títulos, proibindo empresas dedicadas a 'cobranças de dívidas não pagas' e de transferência de obrigações de dívida dos cidadãos.

16. Proteger a natureza. Vamos impor uma proibição tanto de privatização quanto de arrendamento de longo prazo de áreas florestais e aquáticas. A prática de transferência de florestas e parques para terrenos para construção será impedida.

17. Garantir a capacidade de defesa e a segurança do país, o alto nível científico e técnico da indústria de defesa. A disponibilidade de combate das Forças Armadas, o prestígio do serviço militar e os órgãos de aplicação da lei aumentarão significativamente.

18. Vigorará um tribunal justo que estará do lado da lei, do cidadão e da sociedade, e não da oligarquia. Garantiremos a verdadeira independência do tribunal e dos órgãos de investigação do poder executivo, asseguraremos a eleição dos juízes, ampliaremos a competência dos juízes para o julgamento dos crimes de corrupção envolvendo altos funcionários. Por outro lado, os patriotas da Nação injustamente condenados serão inocentados, liberados e reabilitados.

19. Restauração do sistema de poder e representação popular. Devolveremos às pessoas o direito aos referendos sobre as questões mais importantes. O parlamento não será um carimbador obediente das leis, impostas de cima, mas a assembléia dos representantes do povo. A sua competência será expandida. O presidente será controlado e responsável perante as pessoas e o parlamento. O procedimento de seu impeachment será simplificado. Ninguém terá o direito de ser presidente por mais de dois mandatos de 4 anos em toda a vida. Será estabelecido o Conselho Supremo do Estado, sem a aprovação do qual nenhuma decisão importante do Presidente do país poderá ser tomada. As eleições para todos os níveis tornar-se-ão genuinamente igualitárias e livres, com supressão estrita de quaisquer violações e fraudes ao

resumirem-se os resultados.

20. Melhorar a qualidade da administração pública. Aumentaremos a responsabilidade do presidente pela formação do Gabinete de Ministros e a responsabilidade do governo por suas ações. A aprovação da composição do governo ocorrerá na Duma do Estado. As candidaturas para todos os cargos ministeriais serão fundamentadas publicamente pelo presidente. O Banco Central funcionará como um órgão controlado e responsável do poder estatal, motivado pelo desenvolvimento industrial. A Câmara de Contabilidade se tornará órgão de monitoramento supremo e verdadeiramente independente. A supressão da corrupção, não em palavras, mas na prática, terá efeito econômico e moral-político.

Sinceramente,

PAVEL GRUDININ



"Ampilov denunciou os planos destrutivos de Gorbachov e Yeltsin que levaram ao colapso da União Soviética" afirma documento do PCFR

PCFR: Victor Ampilov foi um dos mais brilhantes líderes políticos dos anos 90

A direção do Partido Comunista da Federação Russa divulgou este documento resgatando o papel do líder revolucionário que faleceu no dia 15 de janeiro:

Victor Ivanovich Ampilov, um dos mais brilhantes líderes políticos dos anos 90, foi fundador do movimento político "Rússia dos Trabalhadores".

Homem íntegro e sincero, altamente educado, formado pela Universidade Estatal de Moscou, que falava fluentemente três línguas estrangeiras, tinha experiência de trabalho jornalístico no exterior e na transmissão da Televisão Estatal e da Rádio da URSS.

A trajetória profissional de Victor Ampilov começou na escola técnica, depois na fábrica combinada Taganrog. Trabalhando, ele se formou na escola noturna. Depois, veio o exército, ingressou nas tropas de mísseis. Durante o serviço, desenvolveu um fascínio sério pela física nuclear e, ao mesmo tempo, pelas letras, pelos poemas de Byron, que o jovem Ampilov lia na língua original. Prevaleceu a sua dedicação às ciências humanas e, depois, ao final do serviço militar, tornou-se jornalista de um periódico regional. Seu talento foi notado - e Victor Ivanovich se destacou no cur-

so de Jornalismo na Universidade Estatal de Moscou.

Na Universidade, Ampilov dominou o espanhol e estudou também português, trabalhou como jornalista em Cuba e correspondente militar na Nicarágua onde, naquela época, havia uma guerra e os Estados Unidos faziam um bloqueio naval à República.

Desde o início das ações criminosas de Gorbachev e Yeltsin, que levaram ao colapso da União Soviética, V. I. Ampilov assumiu uma posição civil e patriótica ativa, denunciou seus planos destrutivos de transformação do socialismo em capitalismo criminoso. Ele organizou enormes manifestações contra a arbitrariedade de Yeltsin.

Em 1993, após a tomada do Conselho Supremo, Ampilov foi preso e mantido em isolamento na prisão "Lefortovo".

O Presidium do Comitê Central do Partido Comunista da Federação Russa expressa suas sinceras condolências aos camaradas, parentes e amigos de Victor Ivanovich. Ele permanecerá para sempre nos anais do país e na memória do povo como um tribuno ardoroso, um orador convincente e um lutador sincero pelos interesses dos trabalhadores.

Presidium do CC do PCFR

OLP: anexação de Jerusalém é pá de cal no Acordo de Oslo

Com a revogação por Israel dos acordos de Oslo tendo chegado à fase de anexação aberta de Jerusalém e de apartheid indistigável sob apoio do governo Trump, o Comitê Central da Organização pela Libertação da Palestina (OLP) decidiu na segunda-feira (15) que não mais se considera sob tal acordo e convocou a comunidade internacional a “assumir as suas responsabilidades com base nas resoluções relevantes da ONU para acabar com a ocupação e permitir que o Estado da Palestina alcance sua independência e exerça sua plena soberania sobre seu território, incluindo sua capital Jerusalém Leste, nas fronteiras de 4 de junho de 1967”.

Consequência das intifadas e da perplexidade trazida a Israel pelos avanços árabes na Guerra do Yom Kippur e pelos Scud iraquianos, os acordos de Oslo significaram o primeiro reconhecimento internacional do Estado Palestino e para sabotá-los os elementos mais apodrecidos do sionismo precisaram emboscar e matar em praça pública o líder israelense que os assinara, Rabin. Também a reconciliação sul-africana com Mandela, entre africanos e negros, havia sido um fator de impulso ao acordo.

De Sharon até Netanyahu o apartheid foi se tornando a face evidente de Israel, com os acordos de Oslo tornados uma casca vazia, até o passo dado por Trump, acabando com qualquer veleidade norte-americana de “mediação”.

A OLP reiterou a decisão de revogar o reconhecimento de Israel até que reconheça o Estado da Palestina nas fronteiras de 1967, reverta a decisão de anexar Jerusalém Leste e de expandir os assentamentos, e reconheça o direito de retorno dos palestinos. A OLP ressaltou que aquilo que Israel está tentando impor como alternativa ao estabelecimento de um Estado independente palestino é o apartheid.

A OLP reafirmou a decisão de pôr termo em todas as suas formas à coordenação de segurança com Israel e de se afastar da dependência econômica consagrada no Acordo Econômico de Paris, em busca de uma economia nacional independente.

A organização maior dos palestinos também reiterou a determinação pela libertação e convocou seu povo a resistir por todos os meios possíveis, rejeitando soluções provisórias, como fronteiras temporárias. Também rechaçou o reconhecimento de Israel como um estado judeu.

A reunião convocou os países árabes (Liga Árabe), os países islâmicos (OIC) e os Não-Alinhados a apoiarem a realização de uma conferência internacional com plenos poderes para iniciar o processo de paz em coordenação com os países da União Europeia, Rússia, China e Japão, com base nas resoluções internacionais relevantes, de forma a garantir o fim da ocupação israelense e a plenitude do Estado palestino nas fronteiras de 1967, dentro de um prazo determinado.

A OLP também resolveu levar ao Tribunal Penal Internacional denúncias sobre os assentamentos, prisioneiros nos cárceres israelenses, execuções deliberadas e agressão a Gaza. Conclamou todos os países a rechaçarem os assentamentos e manifestou seu apoio ao movimento BDS. Reafirmou ainda o chamamento à unidade de todas as facções palestinas. Saudou os prisioneiros nas masmorras de Netaniahu e aqueles que se levantaram contra a provocação de Trump. Condenou ainda, a prisão e intimidação de crianças, inclusive Ahd Tamimi, que “que se tornou símbolo da altivez palestina diante da ocupação”.

Equipe de hóquei unificada eleva o diálogo intercoreano



Para o COI, a cooperação entre Pyongyang e Seul avança o espírito olímpico

EUA: 21 estados processam governo por revogar neutralidade da internet

Vinte e um estados norte-americanos e o Distrito de Columbia, em conjunto com várias organizações não-governamentais, entraram na terça-feira (16) com um processo judicial contra a revogação da neutralidade da rede apresentada em dezembro de 2016 pela Comissão Federal de Telecomunicações (FCC, na sigla em inglês).

“A revogação da neutralidade da rede transformará os provedores de serviços de internet em gerenciadores de conteúdo e fluxo de dados. Isso permitirá que a busca por lucros se sobreponha aos interesses dos consumidores enquanto eles controlam o que vemos, o que fazemos e o que dizemos on-line”, afirmou o procurador-geral de Nova Iorque, Eric Schneiderman, em sua declaração ao anunciar o

processo.

O fim da neutralidade da rede acabou com o caráter de serviço de utilidade pública até então atribuído a internet nos EUA. Enquanto era tida como um serviço de utilidade pública, a internet não poderia ter seu acesso manipulado ou interrompido, não importando o conteúdo (texto, vídeo, imagem ou áudio), aparelho utilizado, origem ou destino, de forma similar ao que ocorre com o acesso a telefonia ou energia elétrica, que ainda são tidos como bens de utilidade pública pelo governo estadunidense.

Dessa forma, grandes operadoras de telecomunicações como a AT&T, Verizon e Comcast terão total liberdade para controlar ou mesmo bloquear o fluxo de dados que circulam na internet, por exemplo,

contra sites de países como a China e a Rússia por motivações políticas ou contra sites como o Netflix e o YouTube em favor da NBC, de propriedade da Comcast.

Nesse sentido, a conselheira da FCC, Jessica Rosenworcel, que junto com a conselheira Mignon Clyburn votaram contra a medida, afirma que o fim da neutralidade da rede “favorece o tráfego de internet daquelas companhias com as quais os provedores fecharam acordo, direcionando os demais para uma rota lenta e atribulada. Nossos provedores de banda larga dirão a você que nunca farão esse tipo de coisa, mas eles têm a habilidade técnica e o incentivo financeiro para discriminar e manipular nosso tráfego de internet”.



Washington: manifestantes repelem ataque a usuários para privilegiar operadoras

Alerta falso sobre “ataque de míssil” vira moda e dá vexames no Havaí e no Japão

Seis dias após o governador do Havaí explicar que o alerta falso de “míssil chegando” foi “erro de um funcionário que apertou o botão errado”, a TV pública japonesa NHK, que na segunda-feira enviara mensagem de “míssil norte-coreano vindo aí”, chegou à mesma conclusão: um funcionário, que queria transmitir outra mensagem a 300 mil celulares conectados, acabou enviando o alerta errado.

No caso do Japão, o falso alerta dizia: “A Coreia parece ter lançado um míssil, Governo: procure abrigo em prédios e porões”. Minutos depois – que devem ter parecido anos para quem recebeu o “alerta” – a emissora enviou mensagem de correção, relatando que “o alerta do míssil da Coreia do Norte foi um erro”.

A NHK alegou que o alerta de míssil estava preparado de antemão para uma possível emergência, mas que para ser divulgado deveria passar pelo aval de outras instâncias. Depois, a emissora também se retratou ao vivo na tevê e pela internet.

O alerta falso de “míssil chegando ao Havaí”, enviado pelo serviço de emergência do estado, no sábado (14), levou o pânico à população por 38 minutos, até as autoridades anunciarem que se tratava de erro de um funcionário que “apertou o botão errado”.

O alerta, que chegou a celulares e foi repetido na tevê e no rádio, dizia ainda que “isto não é treino” e dava 15 minutos para os moradores buscarem um abrigo.

Para piorar, desde que Trump iniciou a escalada contra a Coreia Popular, os residentes do Havaí têm sido instruídos pelas autoridades a fazer planos de emergência, como disse ao Guardian um morador da ilha de Kauai: “é muito real”. Apavorado, reuniu a família e correu para um prédio usado como abrigo contra furacões.

Outros não tinham para onde ir e as cenas de famílias chorando e se abraçando, na rua, também não faltaram. Lojas fecharam as portas. O sistema de sirenes não funcionava. Com supostamente a

morte chegando assim de repente, não faltou quem recorresse à última dose de uísque. O estoque de fraldões não deu conta.

Já os turistas, sem saber o que fazer ou para onde correr, ficavam dentro dos carros esperando a hora fatal. Em Oahu, ocorria uma corrida de resistência e o melhor que os atletas conseguiram foi se abrigarem debaixo de uma ponte.

O governador do Havaí, David Ige, asseverou à CNN que o falso alarme foi “um erro feito durante um procedimento padrão na mudança de turno e um empregado apertou o botão errado”. Em mensagem no Twitter, ele pediu desculpas pelo falso alerta. Também pediu a paz e o fim do confronto com a Coreia Popular.

“Estamos fazendo tudo o que podemos para evitar que isso aconteça novamente ... Nós também devemos fazer o que podemos para exigir a paz e uma desescalada com a Coreia do Norte, de modo que as advertências e as sirenes possam tornar-se uma coisa do passado”, acrescentou Ige.

O time de hóquei feminino será a primeira equipe conjunta do norte e do sul a disputar uma olimpíada sob uma mesma bandeira, conforme o acertado na Casa da Unificação

Em mais um passo para a reconciliação e a paz, a Coreia Popular e a Coreia do Sul anunciaram na quarta-feira (17) sua primeira equipe olímpica unificada e confirmaram que as duas partes da nação coreana, separadas pela ocupação dos EUA, vão marchar juntas sob a mesma bandeira na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Inverno, na cidade sul-coreana de Pyeongchang, em fevereiro.

Pyeonggang comunicou, ainda, que enviará uma delegação aos Jogos Paralímpicos, que acontecerão de 9 a 18 de março.

O primeiro time intercoreano da história das olimpíadas será de hóquei no gelo feminino, conforme decisão tomada pelas duas partes na Casa da Unificação, em Panmunjon.

Reunião no próximo sábado (20) do Comitê Olímpico Internacional (COI) em Lausanne, na Suíça, deverá sacramentar a participação intercoreana. O COI já declarou que considera toda a cooperação entre norte e sul durante as Olimpíadas de Pyeongchang como representando um “progresso considerável para o espírito olímpico”.

Enquanto o presidente Trump intensificava as sanções e ameaças – inclusive nucleares – contra a Coreia Popular, no discurso de ano novo o líder Kim Jong Un convocou ao diálogo “entre nós coreanos” e abriu a possibilidade de negociações imediatas para uma delegação intercoreana nos Jogos Olímpicos de Inverno.

O que foi prontamente respondido por Seul, cujo atual presidente, Moon Jae-in, era chefe de gabinete do presidente Roh Moo-hyun, que em 2007 se reuniu em Pyongyang com Kim Jong Il, pai de Jong Un.

A reunião intercoreana se deu no dia 9 sob o lema da reconciliação nacional e unidade, e vem se desdobrando. O presidente Moon determinou que não haverá manobras conjuntas do sul com os militares ianques enquanto durarem os Jogos Olímpicos. Também foi reaberta a linha direta entre o norte e o sul.

Na reunião desta quarta-feira (17), a Coreia Popular propôs enviar uma delegação com 550 membros, incluindo atletas, 30 lutadores de Taekwondo,

140 artistas da renomada orquestra Samjiyon e 230 autoridades e animadoras. Está em discussão a realização de atividades conjuntas em território do norte durante os Jogos. A orquestra Samjiyon deverá se apresentar em Seul e Gangneung.

As famosas “brigadas de animadoras norte-coreanas” estiveram presentes em outros eventos realizados no sul, como os Jogos Asiáticos de Busan em 2002 e o Campeonato de Atletismo da Ásia de Incheon em 2005. Uma equipe de preparação da chegada da representação do norte deve ir ao sul no dia 25 de janeiro, segundo o comunicado.

O ministro da Cultura, Esportes e Turismo sul-coreano, Jong-whan, conforme o jornal Chosun Ilbo, saudou a constituição da equipe olímpica intercoreana, afirmando que “a paz na península coreana através do esporte é um valor que as Olimpíadas estão buscando”.

Segundo o jornal sul-coreano Kankyoreh, o presidente do COI, Thomas Bach, estaria empenhado em tornar possível também a participação de atletas do norte em modalidades como skating, esqui e cross country nos Jogos de Pyeongchang, após perderem o prazo para inscrição, em nome do espírito olímpico e dos esforços pela paz.

A suspensão durante os Jogos Olímpicos das manobras militares no sul e também dos testes nucleares e de mísseis no norte mostra o quão oportuna é a proposta russo-chinesa de duplo congelamento para negociações sem pré-condições sobre a questão nuclear da península coreana.

Afinal, foi o rompimento, pelo governo de W. Bush, do acordo negociado pelo ex-presidente Carter no governo Clinton que forçou a Coreia Popular a criar a duras penas sua força de dissuasão nuclear.

Há seis décadas, Washington mantém na península o estado de guerra e 28 mil soldados e por todos os meios tenta impedir a reunificação coreana. Nesse quadro, os Jogos de Pyeongchang podem se tornar uma luminosa janela para a reconciliação intercoreana.

ANTONIO PIMENTA

Rússia e China repudiam reunião de Trump com ‘satélites’ em Vancouver

A reunião em Vancouver do governo Trump com 20 governos satélites, para ameaçar a Coreia Popular de guerra, mais sanções e bloqueio, foi repudiada pela Rússia e China, enquanto Pyongyang a classificou de “provocação”.

A chancelaria russa considerou a reunião uma tentativa de minar as decisões do Conselho de Segurança da ONU. Acrescentou ainda que Vancouver não forneceu qualquer alternativa à iniciativa russo-chinesa [duplo congelamento] para solucionar o impasse na península coreana.

Em vez de chegar a resultados “construtivos”, a reunião demonstrou “desrespeito absoluto” pela autoridade do Conselho de Segurança da ONU, reiterou a nota russa. Moscou assinalou também que a decisão de

Vancouver de imposição de sanções unilaterais que ultrapassem as demandas delineadas pelas resoluções do CS, “é absolutamente inaceitável e contraproducente”.

Por sua vez a China considerou a reunião “ilegítima” e que representa “a mentalidade da Guerra Fria e que só pode dividir a comunidade internacional e debilitar os esforços para solucionar adequadamente a questão”.

Pequim pediu que se apoie a melhoria nas relações diplomáticas entre as duas Coreias registrada na semana passada e que se regresso ao diálogo a seis (EUA, Rússia, China, Japão, Coreia do Sul e Coreia do Norte). “Os fatos demonstraram várias vezes que apenas impor sanções e pressões é contraproducente”, assinalou o porta-voz chinês.

Tapa da palestina Ahd Tamimi em soldado da ocupação é ‘crime inafiançável’ em Israel

Um tribunal militar israelense decidiu na quarta-feira (17) prorrogar a prisão de Ahd Tamimi, a palestina de 16 anos filmada dando um tapa num soldado da ocupação israelense que dera na cabeça de seu primo, de apenas 14 anos. “Vi os mesmos soldados que haviam disparado contra meu primo Muhammad e não pude me conter”, declarou Ahd ao juiz Haim Balilty. O militar a acusou de ser “muito perigosa”, negando a possibilidade de que pagasse fiança e mantendo seu encarceramento até o julgamento.

Ahd foi presa na madrugada de 19 de dezembro, em sua casa, no povoado de Nabi Saleh, ao norte de Ramala. Logo depois foram detidas sua mãe e uma prima. A jovem responde por 12 acusações, entre elas a de lançar pedras punível em Israel com até 10 anos de prisão - incitamento e ameaça a soldados fortemente armados, que portavam capacetes e vestimenta militar.

As “rondas” invasoras – e os conflitos – voltaram a se acirrar após o 6 de dezembro, quando Trump anunciou Jerusalém como capital de Israel. Desde então, centenas de jovens palestinos foram presos e mais de uma dezena foram assassinados pelo exército sionista na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

“Os soldados israelenses agiram com

crueldade e violência, batendo até mesmo nas crianças”, denunciou Bassem Tamimi, pai de Ahd, frisando que no momento da prisão também “causaram danos materiais, confiscaram celulares, câmeras e outros dispositivos eletrônicos”. Segundo Bassem, que já foi detido nove vezes pelo exército israelense, “Ahd é forte, resistente, cre que a justiça prevalecerá e está disposta a combater a ocupação”.

Conforme a advogada da adolescente, a israelense Gabi Lasky, desde a detenção já mudaram várias vezes Ahd de prisão, sem que sequer tenha podido vestir outra roupa. “Fazem isso para tentar romper sua moral”, denunciou a advogada, frisando que a decisão viola convenções internacionais de bem-estar infantil. “Tenho a certeza de que vão querer mantê-la presa durante o maior período de tempo possível, porque não querem vozes de resistência fora da prisão”, informou.

O grupo israelense de direitos humanos B’Tselem manifestou seu repúdio à decisão do juiz: “A prisão preventiva – mesmo de menores – faz parte da rotina de opressão que Israel emprega contra os palestinos, com o apoio total dos tribunais militares, um sistema em que juizes e procuradores são sempre militares, os réus sempre palestinos e a taxa de condenação é de quase 100%”.

Um poema de Eduardo de Oliveira para Patrice Lumumba e a África

No dia 17 de janeiro de 1961, há 57 anos, era assassinado, sob bárbaras torturas, o líder da independência do Congo, Patrice Lumumba. Seu assassinato fora ordenado – como depoimentos comprovou a Comissão Church, do Congresso dos EUA – pelo próprio presidente dos EUA, Dwight Eisenhower.

[NOTA: A Comissão presidida pelo senador Frank Church, que, em 1975-1976, investigou as atividades criminosas da CIA e outras agências norte-americanas, concluiu pela inocência do governo dos EUA na ação que resultou no assassinato de Lumumba, mas apenas porque os belgas teriam chegado primeiro. O texto referente à ordem de Eisenhower, no Relatório Church, é o seguinte: “A comissão coletou sólida evidência de uma conspiração para assassinar Patrice Lumumba. A forte hostilidade para com Lumumba, proclamada pelos mais altos níveis do governo, pode ter tido a intenção de iniciar uma operação de assassinato; no mínimo, ela engendrou tal operação. A evidência indica que é provável que a forte inquietação que o presidente Eisenhower expressou sobre Lumumba na reunião do Conselho de Segurança Nacional de 18 de agosto de 1960 foi tomada por Allen Dulles [diretor da CIA e irmão do então secretário de Estado, John Foster Dulles] como uma autorização para assassinar Lumumba. Nota da Comissão Church: “De fato, um membro do Conselho presente à reunião de 18 de agosto acredita que testemunhou uma ordem presidencial para assassinar Lumumba” (cf. United States Senate, Select committee to study governmental operations with respect to intelligence activities, “Interim Report: III. Alleged Assassination Plots Involving Foreign Leaders”, pág. 13).]

Poucos homens, na História, tiveram que enfrentar tantas dificuldades – e, ao final, tanta crueldade – e portar-se com tanta dignidade e heroísmo, quanto Patrice Lumumba.

No dia da Independência do Congo, 30 de junho de 1960, diante do rei da Bélgica (que pronunciou um dos mais arrogantes discursos já ouvidos em qualquer lugar do mundo, elogiando seu avô, Leopoldo II, um cavalo batizado que tornara o Congo uma fazenda pessoal, escravizara toda a população e instituiu o decepamento de braços como “castigo”, inclusive para crianças, desde que fossem negras), Lumumba fez um dos mais inesquecíveis pronunciamentos da História da Humanidade.



“... esta independência do Congo”, disse ele, “nenhum congolês digno deste nome jamais poderá esquecer; foi conquistada pela luta, uma luta de todos os dias, uma luta ardente e idealista, uma luta na qual não poupamos nem nossas forças, nem nossas privações, nossos sofrimentos, nem nosso sangue.

“Esta luta, que foi de lágrimas, fogo e sangue, estamos orgulhosos até ao mais profundo de nós mesmos, pois foi uma luta nobre e justa, uma luta indispensável para por fim à humilhante escravidão que nos era imposta pela força.

“Qual foi a nossa sorte durante 80 anos de regime colonial, as nossas feridas estão ainda muito frescas e muito dolorosas para que nós possamos removê-las da nossa memória; nós conhecemos o trabalho exaustivo, exigido em troca de salários que não nos permitiam nem comer para matar a nossa fome, nem nos vestir ou morar decentemente, nem criar nossos filhos como seres amados.

“Nós conhecemos as ironias, os insultos, as pancadas que devíamos suportar; de manhã, de tarde e de noite, porque éramos negros.

“Quem esquecerá que a um negro se dizia ‘tu’, certamente não como se diz a um amigo, mas porque o respeitável ‘vous’ era reservado somente aos brancos?

“Nós conhecemos a pilhagem de nossas terras, espoliadas em nome de textos pretensamente legais, que não faziam mais do que reconhecer o direito do mais forte.

“Nós conhecemos o que era a lei não ser a mesma, caso se tratasse de um branco ou de um negro, confortável para uns, cruel e desumana para os outros.

“Nós conhecemos os sofrimentos atrozes dos que foram degradados por opiniões políticas ou por crenças religiosas, excluídos em sua própria pátria, com sorte pior do que a morte.

“Nós conhecemos o que era haver casas magníficas para os brancos e palhoças miseráveis para os negros, ou, nas lojas ditas europeias, um negro nem poder entrar; ou, nas barcaças, um negro viajar como um galinácio, aos pés do branco em sua cabine de luxo.

“Quem esquecerá, enfim, os



Patrice Lumumba: “Quem esquecerá, enfim, os fuzilamentos onde pereceram tantos de nossos irmãos, as masmorras onde foram brutalmente atirados aqueles que não queriam mais se submeter ao regime de injustiça, opressão e exploração? “Tudo isso, meus irmãos, nós temos sofrido profundamente. Mas, também, tudo isso, nós, que fomos escolhidos, pelo voto dos seus representantes eleitos, para governar o nosso amado país, nós, que sofremos em nosso corpo e em nosso coração a opressão colonialista, dizemos a vocês, em voz alta: tudo isso finalmente acabou”

fuzilamentos onde pereceram tantos de nossos irmãos, as masmorras onde foram brutalmente atirados aqueles que não queriam mais se submeter ao regime de injustiça, opressão e exploração?

“Tudo isso, meus irmãos, nós temos sofrido profundamente. Mas, também, tudo isso, nós, que fomos escolhidos, pelo voto dos seus representantes eleitos, para governar o nosso amado país, nós, que sofremos em nosso corpo e em nosso coração a opressão colonialista, dizemos a vocês, em voz alta: tudo isso finalmente acabou.”

Mais tarde, ele diria ao furibundo Baudouin, rei da Bélgica: “Nós não somos mais vossos macacos” (Nous ne sommes plus vos singes).

Infelizmente, os sofrimentos dos congolezes, desde o assassinato de Lumumba, prolonga-

ram-se mais do que ele previa naquele dia de junho de 1960.

Porém, desde 1997, com a retomada do Congo pelo povo – com a liderança dos seguidores de Lumumba – o país está sendo reconstruído. As dificuldades a vencer, na situação criada no mundo após a queda dos países socialistas do Leste Europeu, são grandes. Mas o importante é que o vulto imenso de Patrice Lumumba inspira os passos de seu povo.

No 57º ano de sua heroica morte, publicamos hoje o poema de nosso grande Eduardo de Oliveira, dedicado ao herói congolês.

(Em nosso site, os leitores que se interessarem pela vida e obra de Lumumba, poderão acessar nosso texto O assassinato de Patrice Lumumba, escrito em 2003 e refeito em 2010.)

C.L.

BANZO (Ao meu irmão Patrice Lumumba)

Eduardo de Oliveira

Eu sei, eu sei que sou um pedaço d'África pendurado na noite do meu povo. Trago em meu corpo a marca das chibatatas como rubros degraus feitos de carne pelos quais as carretas do progresso iam buscar as brenhas do futuro.

Eu sei, eu sei que sou um pedaço d'África pendurado na noite do meu povo. Eu vi nascer mil civilizações erguidas pelos meus potentes braços; mil chicotes abriram na minh'alma um deserto de dor e de descrença anunciando as tragédias de Lumumba.

Eu sei, eu sei que sou um pedaço d'África pendurado na noite do meu povo. Do fundo das senzalas de outros tempos se levanta o clamor dos meus avós que tiveram seus sonhos esmagados sob o peso de cangas e libambos amando, ao longe, o sol das liberdades.

Eu sei, eu sei que sou um pedaço d'África pendurado na noite do meu povo. Eu sinto a mesma angústia, o mesmo banzo que encheram, tristes, os mares de outros séculos, por isto é que ainda escuto o som do jongo que fazia dançar os mil mocambos... e que ainda hoje percutem nestas plagas.

Eu sei, eu sei que sou um pedaço d'África pendurado na noite do meu povo. Balouça sobre mim, sinistro pêndulo que marca as incertezas do futuro enquanto que me atiram nas enxergas aqueles que ainda ontem exploravam o suor, o sangue nosso e a nossa força.

Eu sei, eu sei que sou um pedaço d'África pendurado na noite do meu povo.

Eu sei, eu sei que sou um pedaço d'África pendurado na noite do meu povo. Eu vi nascer mil civilizações erguidas pelos meus potentes braços; mil chicotes abriram na minh'alma um deserto de dor e de descrença anunciando as tragédias de Lumumba.

Eu sei, eu sei que sou um pedaço d'África pendurado na noite do meu povo. Do fundo das senzalas de outros tempos se levanta o clamor dos meus avós que tiveram seus sonhos esmagados sob o peso de cangas e libambos amando, ao longe, o sol das liberdades.

Eu sei, eu sei que sou um pedaço d'África pendurado na noite do meu povo. Eu sinto a mesma angústia, o mesmo banzo que encheram, tristes, os mares de outros séculos, por isto é que ainda escuto o som do jongo que fazia dançar os mil mocambos... e que ainda hoje percutem nestas plagas.

Eu sei, eu sei que sou um pedaço d'África pendurado na noite do meu povo. Balouça sobre mim, sinistro pêndulo que marca as incertezas do futuro enquanto que me atiram nas enxergas aqueles que ainda ontem exploravam o suor, o sangue nosso e a nossa força.

Eu sei, eu sei que sou um pedaço d'África pendurado na noite do meu povo.

Exposição em SP estampa crimes do imperialismo

Na exposição “Os desastres da guerra”, Dora Longo Bahia exhibe com rara sensibilidade e compromisso um conjunto de imagens que estampam os crimes do imperialismo e do nazi-fascismo. Na Pinacoteca do Estado de São Paulo, as 80 pinturas reproduzem - em tinta acrílica sobre pergaminho - denúncias impactantes da repressão, crueldade e violência cometidas contra a Humanidade ao longo do século 20.

Com um traço próprio, são lembradas covardias como a do chefe de polícia de Saigon que, subalterno dos invasores estadunidenses, atira sumariamente na cabeça de um “vietcong” suspeito (1º de fevereiro de 1968) ou das crianças vietnamitas que fogem dos terríveis efeitos das bombas de napalm (8 de junho de 1972) lançadas contra seu vilarejo pelos aviões ianques. Junto à determinação do povo vietnamita, a repercussão destas fotografias teve papel-chave na mobilização da opinião pública internacional e na derrota dos EUA, que amargou um saldo de mais de 58 mil mortos no conflito.

Empregando o mesmo nome utilizado pelo espanhol Francisco de Goya, que reuniu oito dezenas de figuras entre 1810 e 1815 para mostrar os efeitos tenebrosos da guerra, a artista brasileira faz uma releitura da denúncia, mostrando e demonstrando toda a sua atualidade. Assim, com fino traço, as Guerras Mundiais, a Guerra Civil Espanhola, a Guerra do Vietnã e do Afeganistão saltam das telas, como a pomba da paz.

“Dora Longo Bahia trabalha temas como dor e morte, e tem sua prática artística informada pelo registro fotográfico”, assinala Amanda Moreira Arantes, do núcleo de pesquisa e curadoria. Conforme aponta Amanda, “mesmo difíceis de suportar, as imagens revelam certo poder de sedução e apontam para o ato intolerável de registrar - e não agir sobre - a dor dos outros”.

Incorporada ao acervo da Pinacoteca, em frente à Estação da Luz, a obra está numa das salas expositivas do segundo andar até o dia 5 de março. A visitação custa R\$ 6 a inteira e R\$ 3 a meia. Menores de 10 anos e maiores de 60 são isentos de pagamento.

Lembrando Victor Ampílov

Meu amigo Victor Ampílov passou, definitivamente, para a História.

Recordo quando o conheci, em frente ao Museu Lenin, em Moscou, na minha segunda viagem à Rússia.

Estávamos em meio a 1992 e a Rússia se esvaía - sem nenhum lugar comum ou força de expressão - em sangue.

Pela primeira vez, vi a realidade do que eu mesmo (e muitos outros) escrevera sobre o importacionismo neoliberal: era, realmente, uma “importação de quinquilharias”, em uma dimensão que nós nunca, naquela época, poderíamos conceber no Brasil. Tudo era importado: o refrigerante, a cerveja, o cigarro, o sabonete. Exceto vodka doméstica - algumas tinham gosto de álcool retificado - a Rússia, aparentemente, deixara de produzir.

O Museu Lenin era, então, um ponto de referência, porque, em alguns dias da semana, Ampílov promovia um comício, denunciando o regime de Yeltsin.

Victor liderara, já então, algumas das maiores manifestações contra a destruição brutal do seu país (para que o leitor tenha uma ideia do que estamos falando: a Rússia perdeu 45% do seu PIB entre 1989 e 1998 e a redução da expectativa de vida foi tão violenta que, em 2006, ela estava ainda cinco anos abaixo daquela de 1987; cf. Carlos Aguiar de Medeiros, “A economia política da transição na Rússia”, in “Uma Longa Tran-

sição: vinte anos de transformações na Rússia”, Ipea, 2011).

Lembro que Ampílov, na frente do Museu Lenin, usava um megafone, daqueles que eram comuns em nossas manifestações sob a ditadura, em 1978 ou 1979.

Lembro, também, de um grupo de senhoras da província de Tula, que ofereceu a Victor um saco de maçãs. Disse-me ele que Tula era famosa, entre outras coisas, por suas maçãs. E me passou uma delas. As maçãs eram, realmente, boas, mas algo diferentes daquelas que são comuns no Brasil ou na Argentina. Pareciam um pouco mais ácidas.

Ampílov nascera no campo - em um kolkhoz, uma cooperativa agrícola socialista, à beira de um dos rios que formam a bacia do grande Don. Tinha uma grande lembrança da mãe, que encabeçara, na prática, a família, depois que seu pai voltou inválido da Guerra contra o nazismo. Era uma mulher, contava, de grande espírito coletivo. No kolkhoz, a pior tarefa que existia era a limpeza da fossa. Sempre que era necessária, apareciam os relutantes - em suma, ninguém queria fazer esse serviço. Era sua mãe, quase sempre, que aceitava descer com um balde e limpar a fossa.

Eu sabia como isso era difícil - na minha infância, durante o tempo em que morei no campo de um município gaúcho, havia o mesmo problema. Porém, meu pai resolvera a questão de outro modo: sempre abrindo outra fossa e abandonando a que ficava cheia.

Havia terra suficiente para isso. Mas, pelo que Ampílov contava, isso era impossível no campo russo. Quando a fossa ficava cheia, algum abnegado - geralmente sua mãe - tinha que esvaziá-la.

Nesse dia, em que encontrei pela primeira vez o meu amigo, ele deu-me um exemplar do jornal que editava (chamava-se, se bem me lembro, “Relâmpago”), com um dos artigos de Cláudio Campos sobre a história da União Soviética.

Eu não esperava voltar à Rússia, depois dos angustiantes meses que lá havia passado, no final de 1990, quando a URSS, sob Gorbachev, se esfrangalhou.

Porém, um grande amigo, que me sucedera no contato com a Rússia, Antonio Alves, e conhecera Ampílov, acho que em 1991, não estava mais, desgraçadamente, em nosso mundo. Na minha primeira viagem, eu não ouvira falar de Ampílov. Foi Antonio que o encontrara em Moscou - e o descreveu de modo altamente elogioso.

Porém, em 1992, Antonio já não estava aqui. Mas havia que trazer Ampílov - e Nina Andreeva, dirigente do Partido Comunista dos Bolcheviques de Toda a União - ao Brasil, para um grande seminário internacional.

Assim, voltei à Rússia. A dificuldade da missão estava em que, naquela época, as relações entre Nina e Victor não eram das melhores. No entanto, tudo correu muito bem. Os problemas, e houve problemas, não decorreram em nada da relação entre os dois, mas

da impressionante burocracia e corrupção que, na época de Yeltsin, afundavam a Rússia.

Victor era um homem bem humorado, brincalhão, com um jeito quase latino de tratar as questões - não tivesse ele, durante anos, morado na Nicarágua, onde foi repórter da TV soviética.

Ele, aliás, falava um espanhol perfeito - e, depois, dominou muito razoavelmente o português.

Na redação do HP, Ampílov espantava-se com o espaço que concedíamos às fotos. Nitidamente, o nível de leitura que havia na URSS, muito maior que o nosso, implicava em alguma diferença, na maneira de editar a página de um jornal.

Vou lembrar, apenas de passagem, pois outros já o fizeram - ou vão fazer - do período do (segundo) golpe de Yeltsin, em 1993, em que Ampílov foi um dos principais líderes da resistência, o que lhe custou a prisão e a tortura.

Entretanto, saiu de lá tão bem humorado quanto antes. Não era um homem que se abatia facilmente.

Da prisão, ele trouxe uma obra filosófica que escrevera, “Os Diálogos de Lefortovo”, que tive a honra de rever o texto final de sua tradução para o português.

Dizer que sua morte foi uma grande perda - a perda de um herói - seria dizer uma verdade óbvia. Mas o que é um herói? Um grande ser humano. Este era Victor Ampílov.

C.L.